



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

LUÍS FILIPE BRAGA MATADO DA SILVA MAIA

A Dignidade do Trabalho

**Uma discussão em torno dos novos processos de Exclusão Social
no âmbito da lecionação de Educação Moral e Religiosa Católica
da Unidade Letiva 12 do Ensino Secundário**

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:
Prof. Doutor Paulo Fontes
e Mestre Juan Francisco Ambrosio**

**Lisboa
2013**

Índice

Índice.....	1
Introdução.....	4
I. A Prática de Ensino Supervisionada na Unidade Letiva 12 – A Dignidade do Trabalho	6
1. Sensibilização	6
2. Identificação do problema: o desemprego e os novos processos de exclusão social.....	7
3. Caracterização da Escola	10
3.1. Projeto Educativo	11
3.2. Método Educativo - sistema preventivo de Dom Bosco	14
3.3. Projetos solidários ligados à escola - Sol-Sal - Solidariedade Salesiana	16
3.4. Princípios orientadores e valores fundamentais	16
3.5. Caracterização da turma do «11º H1»	17
4. A prática de ensino e a relação pedagógica com os alunos	17
II. O Trabalho na Doutrina Social da Igreja	19
1. Noção, finalidade e campo de ação da Doutrina Social da Igreja	19
2. Enquadramento histórico da Doutrina Social da Igreja sobre o trabalho	22
3. Princípios fundamentais da Doutrina Social da Igreja	25
a)- Princípio do bem comum	26
b)- Princípio da solidariedade.....	26
c)- Princípio da subsidiariedade.....	27
III. O Trabalho como forma de Promoção Individual e de Serviço à Comunidade	28
1. O Trabalho participa na dinamização da Sociedade	28
2. O Trabalho confere dignidade ao ser humano	30
3. A Dignidade do Trabalho	33
IV. A Dignidade do Trabalho e os novos processos de Exclusão Social	35
1. O conflito entre Trabalho e Capital.....	35

2. Primado do trabalho sobre o capital.....	36
3. Dimensões do trabalho	37
a)- Dimensão económica e financeira	37
b)- Dimensão pessoal	38
c)- Dimensão familiar	38
d)- Dimensão social	38
e)- Dimensão universal.....	39
f)- Dimensão espiritual.....	39
4. O trabalho como direito e como dever	39
5. Os direitos dos trabalhadores.....	41
a)- O salário justo.....	41
b)- Revalorização social das funções maternas	42
c)- As regalias sociais.....	42
d)- O direito ao emprego	43
e)- O direito a pertencer a um sindicato e o direito à greve	44
6. A justa distribuição das riquezas.....	45
7. A falta de trabalho e de condições de trabalho conduzem à exclusão social	48
 V. Desafios Socioeducativos colocados à Unidade Letiva 12 «A Dignidade do Trabalho»	51
1. Educar para os direitos humanos é assumir um compromisso	51
2. A Cidadania como educação e participação	52
3. Educar para a Democracia Social	54
4. Educar para a Justiça	55
5. Educar para a Solidariedade Social	57
6. Proposta de atividade: Horta Comunitária	58
 Reflexão final	60
Referências bibliográficas	62

Introdução

O presente trabalho surgiu da reflexão desenvolvida durante a leção da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica à turma do «11º H 1», no estabelecimento de ensino, “Oficinas de São José – Associação Educativa”, ao longo do ano letivo de 2011/2012, no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada.

Assim, ao lecionar a Unidade Letiva 12, «**A Dignidade do Trabalho**», pudemos perceber melhor que a dignidade e os direitos dos trabalhadores são violados devido a dois fatores: condições e falta de trabalho. O título deste estudo, «*A Dignidade do Trabalho: uma discussão em torno dos novos processos de exclusão social*», tem como finalidade sensibilizar os alunos para o tema da problemática social do trabalho. Por outro lado, pretendeu-se que os alunos conseguissem desenvolver uma reflexão sobre as consequências que essas problemáticas produzem no trabalho e mostrar as lacunas e feridas sociais que deixam na sociedade: as injustiças, o desemprego, a pobreza e, em última instância, a exclusão social e respetivos efeitos negativos.

Assim sendo, na primeira parte, que engloba o primeiro capítulo, tece-se uma reflexão, à luz da prática letiva. Fruto dessa reflexão desenvolvida com os alunos, identificam-se os problemas, ou seja, a falta de condições de trabalho, a falta de dignidade do trabalho e o desemprego, que são problemáticas que conduzem ao aparecimento de novos pobres e de novos processos de exclusão social. Seguidamente, apresenta-se a caracterização da escola, os projetos educativo e Sol-Sal. Estas 3 vertentes, à luz do carisma e pensamento de D. Bosco, levam os alunos a terem uma participação mais ativa e solidária na comunidade educativa e na sociedade.

Na segunda parte, aborda-se cientificamente a dignidade do trabalho. Neste segundo capítulo, faz-se um enquadramento histórico da Doutrina Social da Igreja envolvendo os ensinamentos que as várias encíclicas do Magistério Pontifício fazem acerca do trabalho e sobre a situação social do homem. Traça-se um percurso histórico, desde o pontificado de Leão XIII até ao de Bento XVI. Também se apresentam os princípios fundamentais da Doutrina Social da Igreja que garantem a dignidade do trabalho.

No terceiro capítulo, mostra-se como o trabalho proporciona a promoção individual e social do homem, com o fim de servir a comunidade, como o trabalho participa na dinamização da sociedade, como o trabalho confere dignidade ao homem e como o homem confere dignidade ao trabalho.

Posteriormente, no quarto capítulo, fundamenta-se a dignidade do trabalho com a encíclica *Laborem Exercens* do papa João Paulo II, através do trabalho objetivo e do trabalho subjetivo. Consegue-se perceber que a dignidade do trabalho radica no homem, enquanto pessoa-sujeito do trabalho. Através da exposição destes dois sentidos do trabalho, percebemos o primado da grandeza

subjetiva sobre a objetiva. Esta prioridade provoca tensão e conflito entre trabalho e capital. No primado do homem sobre o capital, é o homem que confere dignidade ao trabalho. O homem-sujeito do trabalho não deve ser visto apenas como trabalhador, mas essencialmente como pessoa, elemento de uma comunidade. Assim, é defendido que o sentido profundo do trabalho exige que o capital esteja em função do trabalho e não o trabalho em função do capital.

Elencam-se as dimensões do trabalho para se perceber que conferem dignidade à atividade laboral e ao sujeito que a exerce. Apresenta-se o trabalho como direito e como dever. Como dever, garante o meio de sobrevivência do homem e contribui para o desenvolvimento da sociedade. Como direito, a Doutrina Social da Igreja defende o princípio do pleno emprego, alargado a todas as pessoas, independentemente da idade, raça, classe social, religião e sem discriminar as pessoas portadoras de deficiência. À luz da *Laborem Exercens*, são apresentados os direitos dos trabalhadores: o salário justo, a revalorização social das funções maternais, as regalias sociais, o direito ao emprego, a importância dos sindicatos, o direito à emigração digna e a justa distribuição das riquezas.

Seguidamente, apresentam-se os elementos que conduzem ao aparecimento dos novos processos de pobreza e exclusão social. A ausência da dignidade no trabalho, a injusta distribuição das riquezas, a questão da propriedade privada e o destino universal dos bens e a necessidade de distribuir a propriedade entre os trabalhadores, contemplam, na reflexão da Doutrina Social da Igreja, uma análise sobre as injustiças sociais, sobre o aumento da pobreza e da exclusão social. Define-se exclusão social e consegue-se perceber o que é um excluído por falta de dignidade do trabalho. Percebe-se que a opção da ação da Doutrina Social da Igreja, visa os pobres e os excluídos da sociedade, na defesa da dignidade do homem e do trabalho, nomeadamente pelos que são flagelados pela falta de condições de trabalho, pela exploração e pelo desemprego.

Concluída a reflexão do tema, na terceira parte, proponho-me aprofundar esta temática numa tentativa de uma maior valorização e aprofundamento das condições dignas do trabalho. Assim, com alguma reflexão e mudança do programa proposto no que concerne a esta unidade letiva, apresento alguns desafios socioeducativos: educar para os direitos humanos, a cidadania como educação e participação na sociedade, educar para a democracia social, educar para a justiça, educar para a solidariedade social, com o intuito da valorização da componente humana do trabalho. Uma reflexão alcançada à luz do Evangelho, inspirada no sistema preventivo de Dom Bosco proporciona aos alunos uma articulação de um programa pedagógico e pastoral baseado na promoção dos direitos humanos, que enriquece o projeto educativo, os programas curriculares e dão consistência às aprendizagens de uma escola.

I. A Prática de Ensino Supervisionada na Unidade Letiva 12 – A Dignidade do Trabalho

O tema “*A Dignidade do Trabalho*” é por mim apresentado como proposta para a minha reflexão no presente Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada, sendo o resultado da prática de lecionação da disciplina de Educação Moral Religiosa Católica, no ensino secundário levada a cabo ao longo do ano letivo de 2011/12, durante o primeiro período, ao 11º ano, turma «H1», subordinada à Unidade Letiva 12 – *A Dignidade do Trabalho*¹.

Pretendeu-se sensibilizar os alunos para a problemática social do trabalho, com o intuito de os levar a desenvolver uma reflexão sobre as ramificações dessas problemáticas e mostrar as lacunas que deixam na sociedade: as injustiças, o desemprego, a pobreza e a exclusão social. Desejou-se evidenciar a importância que a Doutrina Social da Igreja desempenha no trabalho humano e mostrar que a precariedade laboral e a ausência de respeito pela dignidade do trabalho, são responsáveis pela exploração, discriminação, marginalização e originam conflitos inevitáveis entre patrões e trabalhadores.

Ao longo da unidade letiva, preparei as aulas com rigor e entusiasmo, elaborando as planificações, utilizando práticas de ensino eficazes, através de métodos baseados em investigações científicas relevantes, em articulação com o projeto educativo da escola, com o objetivo de motivar os alunos, a “desinstalarem-se” e a promoverem atividades em prol da comunidade educativa. Utilizei técnicas de aprendizagem mais adequadas e atividades de âmbito caritativo, onde os valores da fraternidade e da solidariedade estivessem presentes.

É minha preocupação, como educador, alertar, agir, consciencializar, ajudar, preparar e informar os alunos para a realidade e a necessidade de se ser solidários, ajudar a “construir” um mundo melhor, edificá-lo com princípios da democracia, da igualdade, da não-discriminação, da paz e da justiça social.

1. Sensibilização

Ao aprofundar a Unidade Letiva 12, «A Dignidade do Trabalho» ao longo da Prática de Ensino Supervisionada, ajudei os alunos a refletir sobre as profundas transformações sociais e económicas e as suas consequências: falta de trabalho, aumento do desemprego, salários baixos, precariedade laboral, desigualdade entre trabalhadores, discriminação social, falta de regalias sociais (subsídio de desemprego, rendimento social de inserção, falta de assistência e segurança social e falta de descanso semanal). Situações estas que conduzem ao aparecimento de novos

¹ Cf. SNEC, (Coordenação de José Augusto Pereira), *Alicerces – A Dignidade do Trabalho*, Unidade Letiva 12, Manual do Aluno, Educação Moral e Religiosa Católica – Ensino Secundário, Lisboa, 2010.

processos de pobreza e de exclusão social, onde os direitos dos trabalhadores são claramente esmagados e violados.

Tentei adaptar a temática da Dignidade do Trabalho, de maneira a sensibilizar a turma e a concluir que a falta de trabalho, o desemprego, a pobreza, a injustiça e a exclusão social são problemáticas que a todos dizem respeito e onde os mais ricos têm o dever de ajudar os mais pobres.

Através de aprendizagens reflexivas, da realização de trabalhos de grupo, de debates e plenários de turma, constatou-se que o aumento do desemprego é cada vez mais uma chaga social, o que faz desencadear o aumento das injustiças, da pobreza envergonhada conduzindo ao agravamento da exclusão social. A falta de dinheiro leva ao aparecimento de novos pobres, que até agora não eram visíveis no tecido social. Estas novas problemáticas geram novos processos de exclusão social que o Estado não consegue resolver e faz com que as instituições de solidariedade social recebam cada vez mais novos pedidos de ajuda.

O surgimento dos novos casos de pobreza e exclusão social provocados pelo desemprego levaram os alunos a refletir sobre o papel que os sindicatos desempenham junto dos trabalhadores, que a falta de dignidade no trabalho é um problema coletivo e não só de grupos minoritários, que a controvérsia entre o setor público e privado provoca agitação social, visto que o fosso entre estes dois setores é cada vez maior, que os ricos continuam mais ricos e os pobres cada vez mais pobres e atirados para a marginalização. Uma reflexão assente sobre a prática da cidadania e da solidariedade social exige considerar que a igualdade supõe equidade.

Assim, pretendeu-se sensibilizar os alunos para os valores da fraternidade, solidariedade, igualdade, cidadania e da não discriminação, com o fim de fomentar aprendizagens que impulsionassem atividades de luta contra a pobreza e a exclusão social, das quais pudessem extrair significados que são influenciados pelo conhecimento adquirido e pelas novas experiências de aprendizagem e em última análise, que pudessem dinamizar atividades em conjunto a favor da comunidade.

2. Identificação do problema: o desemprego e os novos processos de exclusão social

Durante a prática letiva, concluímos que o trabalho surge como uma prioridade, como meio de subsistência, como garante do sustento humano. No entanto, o trabalho também pode ser uma atividade portadora de desumanização e degradação do Homem. Exemplos desta afirmação são a constante exploração dos trabalhadores, o mercado de lucro e de competição, a recusa ao trabalho, o trabalho ilegal, as más condições de trabalho, a emigração forçada, o baixo salário e o desemprego. Pode pois, ser um caminho que, em vez de conduzir o homem à responsabilidade e dignidade, pode

levá-lo à irresponsabilidade e desumanização. Logo, o trabalho é fundamental para a felicidade e realização humanas.

Os problemas relacionados com o desemprego surgem todos os dias em Portugal, a nível europeu e mundial. A falta de dinheiro para adquirir os bens essenciais, como alimentos, vestuário, calçado ou suportar as obrigações bancárias, acarreta consigo dramas sem precedentes. Com a crise económica, com a degradação social, com o acréscimo da austeridade, aumentam os trabalhadores subsidiados e surgem novos casos de trabalhadores que deixaram de auferir qualquer tipo de apoio ou subsídio do estado. As altas taxas de desemprego negam o direito ao trabalho.

Estas novas ocorrências espelham a realidade doentia do mercado de trabalho, do desemprego galopante e dos desajustamentos sociais, que assumem uma gravidade alarmante e conduzem ao agravamento das segmentações da sociedade, das desigualdades sociais e das discriminações no mercado de trabalho. As desigualdades sociais resultam não só do economicismo, mas também das fracas condições socioeconómicas. Estas desigualdades são responsáveis pelas atrofias e injustiças sociais, pela negação de acesso ao serviço nacional de saúde e regalias da segurança social. São responsáveis pelo crescente desemprego e aumento da pobreza.

Ao longo da prática letiva, percebemos que ter trabalho, possuir um emprego conduz à inserção na sociedade. A privação de uma atividade laboral leva à desintegração social, ao corte com as relações sociais e à exclusão social. Daí, ter-se fundamentado as ideias com vários autores, que com o seu pensamento, ajudaram a clarificar melhor a reflexão.

Como sustentava o papa João Paulo II, *“o desemprego não culpável converte-se num escândalo social quando não é distribuído de modo justo o trabalho disponível nem se utiliza o produto do trabalho para criar, na medida do possível, novos postos de trabalho. Neste ponto concreto exige-se a solidariedade de todos: a solidariedade de quem já tem trabalho. A frase da Bíblia «o que tem duas túnicas dê ao que não tem» (Lc 3, 11), pode aplicar-se também ao trabalho. Sem sacrifícios, sem compromissos, será muito difícil combater eficazmente o desemprego”*².

O homem não pode ser deixado de lado quando já não interessa, pois, como sublinhava o papa João Paulo II, na encíclica *Centesimus Annus*, *“uma sociedade, onde este direito seja sistematicamente negado, onde as medidas de política económica não consintam aos trabalhadores alcançarem níveis satisfatórios de ocupação, não pode conseguir nem a sua legitimação ética nem a paz social”*³. O trabalho humano como fonte de progresso e de desenvolvimento, não pode ser causa de conflito, de desemprego, de exclusão social e de marginalização.

² JOÃO PAULO II, discurso aos trabalhadores em Bottrop, Alemanha, 2 de maio de 1987, 3.

³ JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Centesimus Annus* (CA), de 1 de maio de 1991, sobre os novos problemas sociais, no centenário da Carta Encíclica *Rerum Novarum* (RN), do papa Leão XIII, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 43.

Segundo Alfredo Bruto da Costa, “*o desemprego aparece, de certo modo, como uma forma paradigmática de exclusão social na Europa. Porque o emprego é um dos principais mecanismos de integração nas sociedades europeias contemporâneas. Estar desempregado não é só estar privado da fonte normal de rendimento. Também é perder um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade, à rede de relações interpessoais que o emprego proporciona e, ainda, ao sentimento, que do mesmo advém, de participar na vida económica do país*”⁴.

Também constatamos que o desemprego não é apenas uma das extensões quantitativas ou qualitativas do flagelo social. O subemprego, a insegurança do trabalho e a insatisfação laboral também são uma preocupação. A reflexão abrange a incapacidade de se conseguirem soluções que respondam, de imediato, às dificuldades sentidas, como também a busca de respostas satisfatórias que, no passado, conseguiram promover alguma esperança, mas que, no presente, constituem uma expectativa vã e sem sentido.

Na verdade, essas soluções nunca responderam com eficácia aos problemas, como nunca suprimiram o desemprego ligado às seguintes situações: atividade regular do mercado de emprego, desemprego tecnológico (resultante das transformações técnicas e organizacionais), ligado ao desemprego estrutural (relacionado com as modificações ocorridas na oferta e procura de bens e serviços), desajustamento verificado entre a oferta e a procura de emprego e o desfasamento entre o sistema de ensino, as atividades profissionais e as atividades económicas. Surgem ainda falta de soluções que levam à emigração, sobretudo dos mais jovens essencialmente nos jovens, a salários baixos ou a subemprego.

Temos que ter ainda em conta o risco de desemprego, os contratos a prazo, os recibos verdes, a suspensão do contrato de trabalho, a acumulação de um trabalho precário com o subsídio de desemprego, o subsídio de doença ou outra pensão, a fraca qualificação e formação profissional, que são casos específicos que levam ao desemprego, à pobreza e exclusão social.

Se, por outro lado, o desemprego, a pobreza e os novos processos de exclusão social foram alvo da reflexão ao longo da prática de ensino e ajudaram a criar um pensamento mais elaborado sobre as problemáticas sociais, o carisma de D. Bosco e o projeto educativo da escola foram instrumentos essenciais para cimentar aprendizagens e atividades cativantes a favor da comunidade educativa. A caracterização da escola e o projeto educativo, que são apresentados de imediato, são instrumentos para melhor se perceber como se fundamenta e desenvolve o processo ensino-aprendizagem e como ajudaram os alunos a desenvolver as suas capacidades, as suas aprendizagens, a criarem atitudes altruístas e a exercitar-se em comportamentos até à plena maturidade.

⁴ COSTA, Alfredo Bruto da, *Exclusões Sociais*“, Coleção Fundação, Fundação Mário Soares, Publicações Gradiva, 2ª Edição, Lisboa, 2001, p. 57.

3. Caracterização da Escola ⁵

O estabelecimento de ensino particular denominado “Oficinas de S. José – Associação Educativa” encontra-se situado na Praça S. João Bosco, nº 34, em Lisboa, entre a Rua Saraiva de Carvalho e a Rua Coronel Ribeiro Viana, perto do Cemitério dos Prazeres.

O estabelecimento das Oficinas de S. José, propriedade da Província Portuguesa da Sociedade Salesiana, é hoje uma Associação Educativa que ministra o ensino básico e secundário a cerca de dois mil alunos de ambos os sexos. O ensino centra-se em valores da fraternidade cristã, da solidariedade social, da igualdade de oportunidades, do respeito pela dignidade do trabalho, da cidadania e da não discriminação, com a finalidade de estimular atividades de luta contra a pobreza e exclusão social.

Como colégio, começou a funcionar em inícios dos anos 70 do século passado. Anteriormente, era uma escola de artes e ofícios, daí o nome de Oficinas de S. José, que ainda conserva na designação atual: “Oficinas de S. José – Associação Educativa”. A antiga escola profissional, além dos aprendizes em regime de internato, tinha também um grupo de alunos externos das classes primárias e, durante algum tempo, do curso comercial (1940-62). A mudança de escola técnico-profissional para estabelecimento do ensino básico e secundário ficou a dever-se à reforma de Veiga Simão, que decretou a unificação do ensino em 1969.

A partir destas raízes históricas e da opção salesiana que, desde o início, procura conjugar vários ambientes (centro juvenil, escola, paróquia), podemos contar com uma presença capaz de oferecer um leque muito diversificado de percursos educativos.

Na origem das “Oficinas de S. José” de Lisboa, bem como na de outras instituições homónimas espalhadas pelo país, a partir dos anos 80 do século XIX, encontramos uma ideia diretamente inspirada no modelo oferecido pela Oficina de S. José do Porto (1883), e indiretamente, do espírito e das obras educativas promovidas por S. João Bosco, a favor dos jovens mais pobres e abandonados da sociedade.

A sua fundação deve-se à iniciativa de Isabel Maria de Lacerda Castelo Branco e do padre Francisco Herculano Cordeiro. O primeiro passo consistiu na abertura de uma escola primária no Bairro da Lapa, Rua das Praças, n. 36, em 1885, à qual foi dado o nome de Colégio do Sagrado Coração de Jesus. Em 1890, a 1 de outubro, foram inauguradas duas oficinas (marcenaria e sapataria), funcionando durante alguns meses na Rua de Sant’Ana à Lapa, 50.

Nessa altura, regista-se a mudança do nome para *Oficinas S. José*. Em 23 de abril de 1893, efetua-se a mudança para a Rua do Sacramento à Lapa, 25, onde os Salesianos assumiram a

⁵ Cf. <http://www.osj.salesianos.pt/> - 2011-12-27

orientação pedagógica em 1896. A inauguração do novo edifício, na localização atual, aconteceu em 1906. Na sequência da revolução política de 1910, o edifício é requisitado para fins militares até 1920. Em 1925, com a chegada do salesiano Aquiles Marchetti, as artes gráficas tomam grande impulso e desenvolvimento. Em outubro de 1964, a Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres é confiada aos Salesianos. A partir dos inícios da década de 70, o ensino profissional, que caracterizou as Oficinas de S. José desde os seus primórdios, desaparece por completo. Pouco a pouco, vai sendo reduzido o internato e o ensino torna-se exclusivamente liceal.

No meu entender, com o desaparecimento do ensino profissional, as Oficinas de S. José, afastaram-se da sua pedagogia de origem, a qual proporcionava uma formação a jovens que eram encaminhados para o trabalho e para o exercício de uma profissão. O ensino técnico-profissional é uma pedagogia que pode valorizar e mostrar a importância da dignidade do trabalho.

Atualmente, a escola é composta pelo primeiro, segundo e terceiro ciclos do Ensino Básico, e Ensino Secundário, incluindo também atividades extracurriculares, desportivas, artísticas e culturais (desporto escolar e federado, Musicentro, British Council, Dança, Expressão Dramática, Informática). Desenvolveram-se igualmente ainda Campos de Férias, durante as interrupções letivas.

3.1. Projeto Educativo ⁶

A Escola Salesiana tem como origem o Oratório de Valdocco, onde D. Bosco, por iniciativa de Deus, desenvolveu a sua ação em favor dos jovens, especialmente dos mais pobres, e deu vida a um vasto movimento de pessoas que trabalham na formação de honestos cidadãos e bons cristãos.

Através da criatividade e da fecundidade do carisma salesiano, nasceu uma tradição educativa escolar e profissional que participa na missão da Igreja e no progresso civil.

A comunidade educativa salesiana

Os elementos da comunidade colaboram com os jovens da zona em que está implementada, na tentativa de encontrar respostas para as necessidades educativas e sociais por eles sentidas e para os ajudar a desenvolver as suas capacidades, criar atitudes e exercitar-se em comportamentos até à plena maturidade. Sustenta também o direito dos jovens escolherem percursos formativos coerentes com o próprio projeto de vida, sem ulteriores agravamentos económicos para as famílias.

⁶ Projeto Educativo da Escola Salesiana - Província Portuguesa da Sociedade Salesiana - Coordenação de Escolas – Projeto Educativo, 2005.

A escola salesiana caracteriza-se:

- Pela preferência por jovens dos ambientes populares;
- Pela abertura aos jovens de outras culturas e religiões;
- Pela opção educativa que orienta intencionalmente a instrução para o crescimento global, segundo uma antropologia inspirada no humanismo cristão da tradição salesiana e aberta ao diálogo e ao confronto;
- Pelo primado da evangelização entendida como vocação e missão.
- Recusa tudo aquilo que favorece a miséria, a injustiça, a violência e coopera com quantos constroem uma sociedade solidária, mais digna do homem.

A comunidade educativa salesiana empenha-se em compreender o contexto em que está inserida e em partilhar as esperanças dos jovens, fazendo uma leitura atenta do mesmo contexto, à luz da experiência educativa salesiana; valoriza os desafios que a sociedade e a cultura põem, hoje, à educação cristã dos jovens, as condições em que se realiza, o seu crescimento humano e religioso e as dificuldades que eles encontram no esforço de amadurecer como pessoas e como crentes; está atenta à procura de quantos se orientam para a escola salesiana, como ambiente e espaço pedagógicos, segurador dos jovens que manifestam um interesse pela cultura ou vivem em situação de desconforto, de marginalização, de imigração, desenraizados da sua sociedade e culturas, em risco de perder a própria identidade e a mesma dignidade humana. Para todas estas situações empenham cada recurso para a projeção de respostas adequadas.

Núcleo de Educação Integral

A comunidade educativa salesiana oferece um caminho de educação integral, que parte das necessidades explícitas de cultura geral e de qualificação profissional para apontar para a qualidade da oferta pedagógica, cultural e didática; desenvolve a dimensão afetiva, social e política em vista de uma gradual participação na vida social e eclesial, na linha da transformação do mundo e da história; promove a orientação como modalidade educativa permanente para individualizar e desenvolver a capacidade de cada pessoa e construir a identidade pessoal e social num adequado projeto de vida; conduz os alunos a tornarem-se gradualmente responsáveis pelas suas escolhas no crescimento da sua humanidade na fé.

Vivência em comunidade: A comunidade educativa, uma verdadeira “família”

Segundo expressão de D. Bosco, os salesianos criam com os jovens uma “família”, uma comunidade juvenil onde os interesses e as suas experiências são devidamente considerados e acompanham o ato educativo. Os educadores não ensinam só, mas “estão próximos”, divertem-se, trabalham, estudam e rezam, em conjunto com os alunos. São pessoas disponíveis para estarem com os jovens e capazes de assumirem os seus problemas, mostrando-se “mestres na cátedra e irmãos no recreio”.

Na comunidade educativa salesiana entram, a título diverso, com igual dignidade e no respeito das vocações, dos papéis e das competências específicas, religiosos e leigos, pais, alunos e antigos alunos, unidos pelo pacto educativo e comprometidos a diversos níveis, nas estruturas de participação: conselho pedagógico, assembleia de docentes, conselhos de turma, e assembleias de pais. Existe também a possibilidade de os representantes dos alunos serem consultados.

Contributo original: no processo de ensino e aprendizagem

Na escola salesiana, tudo encontra inspiração no Evangelho e se introduz no encontro vivo e vital com o património cultural e profissional, em diálogo fecundo com a Revelação. A comunidade educativa, portanto, repensa, em vista da educação na fé, o sentido global da cultura, do trabalho, a atitude positiva para com conhecimento, a novidade das descobertas do homem, o ensino das diversas disciplinas e áreas culturais. Dentro de uma correta comunicação educativa, o aluno é ajudado a reestruturar, ativamente, os conteúdos e os métodos de aprendizagem, a exprimir o sentido das experiências e das certezas vividas e a emitir pessoais, livres e motivados juízos de consciência, clarificados e sustentados pelo diálogo com a Revelação cristã.

O professor/educador acompanha gradualmente o aluno em ordem a decisões pessoais livres e ações humanamente significativas, que lhe permitem realizar o próprio projeto de vida, construir uma profissão, um contributo irrepetível para a comunidade civil e para a Igreja operar na concretização do quotidiano uma síntese vital entre fé, cultura e vida.

A escola como casa: o ambiente escolar e formativo

Segundo a tradição salesiana, a comunidade educativa favorece relações interpessoais entre docentes e alunos, para além das relações didáticas, para os acompanhar, e os orientar desse modo, nas suas aspirações. As atividades não se reduzem ao desenvolvimento do programa académico, mas abraçam outras exigências dos jovens, pelo que o tempo de permanência na escola se estende

para além do horário escolar. Pessoas, espaço, tempo, relações, ensino, estudo, atividades diversas são organicamente interagentes num clima de serenidade, de alegria e de empenho. Tal clima solicita os jovens a pôr-se a pergunta implícita sobre o sentido da existência, qual o rumo da sua vida, enquanto são encaminhados para o trabalho e para o exercício de uma profissão e introduzidos na sociedade civil e na igreja.

Projetar o futuro: A formação dos educadores

Com a formação dos educadores (dirigentes, docentes, pais) a escola salesiana projeta o seu futuro, apostando na própria identidade, na qualidade da oferta e na própria possibilidade de um futuro próprio. A realização do modelo comunitário de vida e de educação vê todos os membros da comunidade educativa inseridos nos processos de crescimento integral e permanente.

Melhorar a oferta: a avaliação

A avaliação é considerada um instrumento de discernimento, de transferibilidade das iniciativas da escola. Diversas motivações tornam necessária a avaliação dos mesmos sistemas escolares e formativos e individualização de indicadores que relevem a relação entre os recursos usados, os processos ativados, os resultados educativos e didáticos obtidos. O instrumento de avaliação global do processo de educação cristã ativado é constituído pelo Projeto Educativo.

A procura de qualidade e sucesso: racionalização dos recursos.

A exemplo de D. Bosco, os Salesianos empenham-se no trabalho e solicitam o apoio dos benfeitores, como ajuda para a escola, de modo a fazer face a quanto o estado não corresponde. A programação anual distribui em termos de pessoal, tempos, lugares a qualidade e a quantidade dos recursos e determina realisticamente as operações a cumprir, incluindo a avaliação. A revisão e a programação dos recursos são instrumentos indispensáveis de discernimento, de inovação das atividades e da escola.

3.2. Método Educativo – sistema preventivo de B. Bosco ⁷

Relativamente ao sistema educativo, o estilo educativo-pastoral de Dom Bosco é um estilo de educação, feito de ação e reflexão que pretende desenvolver no educando o protagonismo juvenil

⁷ Cf. <http://www.osj.salesianos.pt/> - 2011-12-27

e o seu sentido de pertença à comunidade educativa, que através da experiência de Maria Mazzarello caracterizaram a proposta educativa salesiana das escolas orientadas por essa mesma ordem religiosa e pelas Filhas de Maria Auxiliadora.

Assim, esta escola esforça-se por ser popular, livre e aberta a todas as classes sociais e educar em dinâmica relacional e na partilha, dando preferência aos mais abandonados e em risco. Pretende ensinar e aprender com pedagogia de projeto, apresentar-se como família educadora, na qual os jovens encontram "a sua própria casa", realçando a personalização das relações educativas mediante a presença dos educadores no meio dos alunos, dar preferência às necessidades da zona, promover a solidariedade com os pobres e abandonados, tornar real a participação corresponsável de todos os membros da Comunidade Educativa e recorrer ao financiamento público para garantir a gratuidade da educação. Além disso, o conceito de promoção integral das pessoas exige que se ajude a dar vida à comunidade local, mediante o conhecimento e o cultivo da língua, dos costumes e da cultura da região.

No que diz respeito à temática deste trabalho, o método educativo de Dom Bosco ajuda os alunos a terem uma maior responsabilidade social e cívica, com a finalidade de se “desinstalarem” e de promoverem atividades a favor da comunidade educativa, em atividades de solidariedade.

A educação para a solidariedade social permite aos alunos percorrerem o caminho da justiça, vivendo experiências baseadas na convivência, unidade, comunhão, reciprocidade, através da partilha e do dar sem receber nada em troca, o que me levou a utilizar dinâmicas que fomentam a partilha e o serviço ao próximo, que levam os alunos a disponibilizarem-se para experiências e atividades missionárias, de voluntariado social, onde se sentissem úteis e valorizassem os mais necessitados.

O Método Educativo caracteriza-se pelos seguintes aspetos:

1. Vontade de os educadores estarem entre os jovens, partilhando a sua vida, olhando com simpatia para o seu mundo, atentos às suas verdadeiras exigências e valores;
2. Acolhimento incondicional, força promocional e capacidade incansável de diálogo;
3. Critério preventivo que crê na força do bem presente em cada jovem, também no mais carente e procura desenvolvê-la mediante experiências positivas;
4. Centralidade da razão, que se torna bom senso das exigências e das normas, flexibilidade e persuasão nas propostas;
5. Centralidade da religião, entendida como desenvolvimento do sentido de Deus congénito a toda a pessoa e esforço de evangelização cristã;

6. Centralidade da «amorevolezza» (amor, “amorabilidade”, amabilidade), que se expressa como amor educativo que faz crescer e cria correspondência;

7. Um ambiente positivo tecido de relações interpessoais, vivificado pela presença amorosa, solidária, animadora e ativadora dos educadores e do protagonismo dos próprios jovens;

8. Um estilo de animação que crê nos recursos positivos do jovem.

3.3. Projetos solidários ligados à Escola – SolSal – Solidariedade Salesiana ⁸

Ao longo das aulas, tive o cuidado de transmitir uma educação para a solidariedade como medida educativa fundamental na promoção da cultura contemporânea, pois visa constituir, nas práticas dos alunos, atitudes e gestos que conduzam à partilha e à construção de uma sociedade mais equilibrada entre ricos e pobres, entre trabalhadores e patrões, na defesa dos direitos humanos.

O Projeto SolSal tem como MISSÃO acompanhar e formar crianças, adolescentes e jovens à luz do sistema preventivo de Dom Bosco, na expectativa de que lhes seja possível encarar o futuro com esperança e fé na inaudita capacidade humana de superar e se superar. O Projeto SolSal orienta-se pela VISÃO de querer ser uma referência no desenvolvimento de ações continuadas e permanentes de promoção da educação, a partir da ótica da solidariedade, da positividade, do afeto e do compromisso com a vida.

Os seus objetivos são:

- Acompanhar e orientar crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade;
- Educar para uma participação social ativa, responsável e solidária dos jovens promovendo a reflexão através de uma educação intrinsecamente evangelizadora;
- Combater situações de carência económica e problemáticas com elas relacionadas;
- Resgatar as redes comunitárias de suporte social como resposta primeira e essencial aos problemas do sujeito, substituindo o ênfase tradicionalmente dado às instituições e aos técnicos.

3.4. Princípios orientadores e valores fundamentais

Nas “Oficinas de São José – Associação Educativa”, o processo educativo identifica-se com a atividade salvadora e santificadora da Igreja, compreende o sentido comunitário da experiência cristã, centra-se no diálogo cordial, no ambiente de alegria e na dedicação do educador, que é essencialmente um ato de relação. Orienta-se para a dimensão da Caridade evangélica.

⁸ Cf. <http://www.osj.salesianos.pt/> - 2011-12-27

As experiências transmitidas por Dom Bosco fundamentam-se na criação de um ambiente familiar saudável, aberto aos valores humanos e cristãos.

A educação comunitária surge como parte da formação integral desta escola, dirige-se para o bem comum e orienta-se para os valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade e que decorrem do reconhecimento da dignidade de todos os seres humanos e que reconhecem todos as pessoas como iguais.

Tem como características fundamentais a democratização do espaço escolar, através da participação de todos os alunos nos processos educativos, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação. O objetivo principal da educação comunitária é formar cidadãos conscientes e atentos ao seu papel na comunidade. Fazer com que os alunos percebam que são responsáveis na tomada de decisões na comunidade, com a finalidade de a melhorar e até mesmo de a transformar.

Além de me basear no sistema educativo e preventivo de Dom Bosco, propus, na Prática de Ensino Supervisionada, uma reflexão acerca das problemáticas sociais do trabalho, à luz dos documentos do magistério pontifício, sobre a importância que a Doutrina Social da Igreja exerce através de ensinamentos baseados numa maior responsabilidade social e no assumir um compromisso baseado em valores altruístas.

3.5. Caracterização da Turma ⁹

4. A prática de ensino e a relação pedagógica com os alunos

Ao longo da prática de ensino, tive a preocupação de traçar um caminho onde pudesse contemplar, na gestão do programa, conteúdos e competências que fossem ao encontro da temática da dignidade do trabalho, sensibilizar os alunos para as problemáticas sociais do trabalho, levá-los a uma reflexão sobre essas mesmas problemáticas à luz da Doutrina Social da Igreja. Nesse sentido, procurei escolher as competências que melhor se adequassem aos conteúdos a serem transmitidos. Os alunos mostraram-se sempre muito motivados e participativos na abordagem dos temas, ilustrando as temáticas com exemplos da sua própria experiência pessoal. Tentei adaptar as planificações, de modo a torná-las mais sugestivas e motivantes, com estratégias cativantes, para que os alunos não considerassem as aulas excessivamente difíceis, monótonas ou aborrecidas.

⁹ Ao longo da Prática de Ensino Supervisionada, não tive acesso aos documentos do Projeto Curricular de Turma, da turma «H 1», do décimo primeiro ano, visto não ser um elemento efetivo do Conselho de Turma, logo não me foi possível realizar a caracterização da turma.

Seguir estratégias de aprendizagem e práticas educativas, que suscitassem interesse e motivação, sempre foi uma prioridade. As temáticas escolhidas seguiram a sequência do Manual do Aluno, as quais permitiram uma boa articulação dos conteúdos, com as estratégias utilizadas. A escolha dos conteúdos esteve sempre orientada com competências que promovessem valores de inclusão e cidadania, tais como, os direitos humanos, o diálogo, o respeito, a tolerância e a fraternidade. Sempre que necessário, realizei ajustamentos nas planificações, na seleção das competências e nas estratégias de aprendizagens, mediante a assimilação dos conteúdos.

Tive o cuidado de adotar estratégias de aprendizagem às necessidades dos alunos, baseadas na especificidade da disciplina, através da leitura e análise de textos da Doutrina Social da Igreja, na realização de fichas de trabalho, no recurso a power points relativos aos conteúdos escolhidos, no visionamento de pequenos filmes sobre os atentados à dignidade do trabalho, na partilha das ideias retidas na leitura dos textos, na realização de plenários de turma, na partilha e apresentação das conclusões dos trabalhos de grupo, no uso de estratégias de aprendizagem que valorizaram as planificações das aulas e que estão incluídas no Portefólio de Avaliação da Prática de Ensino Supervisionada. Assim, remeto para a sua leitura e análise ¹⁰.

Por outro lado, considero que as aulas decorreram de modo construtivo, dado que as estratégias utilizadas permitiram um maior envolvimento e motivação por parte dos alunos. Tenho consciência de que os conteúdos foram bem lecionados e interiorizados. Por conseguinte, creio que as aulas foram uma fonte de aprendizagem e de enriquecimento para os jovens e contribuíram para o aumento da minha segurança e desempenho. A relação estabelecida entre mim e os alunos foi muito positiva. Procurei estar atento às suas necessidades e motivações, com a finalidade de os ajudar no seu processo de aprendizagem e na sua formação pessoal, social e cristã.

O despertar para uma reflexão crítica, numa prática de ensino centrada nos alunos, onde expusessem as suas ideias, com o recurso a trabalhos de grupo, a debates e plenários, ajudou-me a mergulhar nas problemáticas sociais do trabalho, com o intuito de utilizar novas práticas pedagógicas, tais como atividades a favor da comunidade, onde os alunos percebessem melhor a realidade social do trabalho.

O tema da dignidade do trabalho permitiu despertar os alunos para as problemáticas sociais do trabalho, levá-los a uma reflexão sobre a finalidade, campo de ação e princípios da Doutrina Social da Igreja e sobre os atentados à dignidade do trabalho, à luz dos documentos e dos ensinamentos do magistério pontifício, que no capítulo seguinte passo a apresentar.

¹⁰ Cf. Portefólio de Avaliação da Prática de Ensino Supervisionada; CD na contrapa do Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada.

II. O TRABALHO NA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Esta parte do trabalho é a reflexão que desenvolvi a partir da experiência de lecionação. Através de um enquadramento histórico da Doutrina Social da Igreja, apresento os ensinamentos do Magistério Social da Igreja sobre o trabalho, o significado da Doutrina Social da Igreja como expressão de um pensamento sobre os principais problemas da vida em sociedade e onde se pode mostrar o valor que a Doutrina Social da Igreja consagra ao trabalho.

1. Noção, finalidade e campo de ação da Doutrina Social da Igreja

A Doutrina Social da Igreja (DSI) é também denominada por Ensino Social da Igreja e reflete a preocupação da Instituição Católica no campo social, através da inserção do homem na vida em sociedade. A DSI é o conjunto dos ensinamentos retidos na doutrina da Igreja Católica e no respetivo Magistério, alcançados pelos escritos de várias encíclicas e documentos papais. A meta da DSI é conseguir definir princípios, critérios e diretrizes, com a finalidade de garantir a organização social, na política e o no bem-comum dos povos e das nações. A DSI exorta ao dinamismo e à justiça social. O papa João Paulo II, na encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, (1987), afirmava que a DSI, tem como finalidade *"levar os homens a corresponderem, com o auxílio também da reflexão racional e das ciências humanas, à sua vocação de construtores responsáveis da sociedade terrena"* ¹¹.

Quando o papa João Paulo II escreveu a SRS, sublinhou que, *"como instrumento para alcançar este objetivo, a Igreja utiliza a sua doutrina social. Na difícil conjuntura presente, tanto para favorecer a correta formulação dos problemas que se apresentam, como para a sua melhor solução, poderá ser de grande ajuda um conhecimento mais exato e uma difusão mais ampla do «conjunto dos princípios de reflexão, dos critérios de julgamento e das diretrizes de ação» propostos pelo seu ensinamento. Notar-se-á assim, imediatamente, que as questões que hão-de ser enfrentadas são, antes de mais nada, morais; e que nem a análise do problema do desenvolvimento enquanto tal, nem os meios para superar as presentes dificuldades podem prescindir desta dimensão essencial.*

A doutrina social da Igreja não é uma «terceira via» entre capitalismo liberalista e coletivismo marxista, nem sequer uma possível alternativa a outras soluções menos radicalmente contrapostas: ela constitui por si mesma uma categoria. Não é tampouco uma ideologia, mas a

¹¹ JOÃO PAULO II, Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* (SRS), de 30 de dezembro de 1987, sobre a solicitude da Igreja em matéria social, no 20º aniversário da Encíclica *Populorum Progressio* do papa Paulo VI, Edição do Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, nº 1.

formulação acurada dos resultados de uma reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial. A sua finalidade principal é interpretar estas realidades, examinando a sua conformidade ou desconformidade com as linhas do ensinamento do Evangelho sobre o homem e sobre a sua vocação terrena e ao mesmo tempo transcendente; visa, pois, orientar o comportamento cristão. Ela pertence, por conseguinte, não ao domínio da ideologia, mas da teologia e especialmente da teologia moral. O ensino e a difusão da doutrina social fazem parte da missão evangelizadora da Igreja. E, tratando-se de uma doutrina destinada a orientar o comportamento das pessoas, há-de levar cada uma delas, como consequência, ao «empenhamento pela justiça» segundo o papel, a vocação e as circunstâncias pessoais. O exercício do ministério da evangelização em campo social, que é um aspeto do múnus profético da Igreja, compreende também a denúncia dos males e das injustiças. Mas convém esclarecer que o anúncio é sempre mais importante do que a denúncia, e esta não pode prescindir daquele, pois é isso que lhe dá a verdadeira solidez e a força da motivação mais alta”¹².

A leitura baseada na noção e finalidade da DSI e nos textos do magistério pontifício ajudou os alunos a refletirem melhor sobre o trabalho humano, sobre os atentados à dignidade do trabalho e contribui para terem um pensamento mais elaborado sobre as problemáticas sociais do trabalho.

Através dos ensinamentos, encíclicas, alocuções, mensagens, discursos, cartas apostólicas, exortações, declarações dos Romanos Pontífices, reflexões e ensinamentos dos Padres da Igreja, declarações e cartas sinodais dos bispos e documentos conciliares, a DSI reflete uma variedade de temas elementares tais como, a pessoa humana, a dignidade da pessoa humana, os direitos do Homem, a liberdade, a família, a vocação do Homem e da família, os direitos da família, a inserção e participação responsável na Sociedade, a promoção da paz, o sistema económico e a iniciativa privada, o papel do Estado, o trabalho humano, a comunidade política, o bem comum e sua promoção, no respeito dos princípios da solidariedade e subsidiariedade, o destino universal dos bens da natureza e cuidado com a sua preservação e defesa do ambiente, o desenvolvimento integral de cada pessoa e dos povos, o primado da justiça e da caridade.

Segundo António dos Reis Rodrigues, a Doutrina Social da Igreja “*é, aquele conjunto de princípios e orientações que se inspiram simultaneamente nas prescrições do direito natural e nas verdades da revelação*”¹³, pois, a Igreja recebeu de Jesus Cristo a missão de cuidar da Humanidade, de zelar pelo bem estar do ser humano, de ser caritativa e solidária com os que mais sofrem, de denunciar as injustiças sociais, de combater a pobreza e de amparar os excluídos. Para

¹² SRS, 41.

¹³ **RODRIGUES, António dos Reis**; Doutrina Social da Igreja, *Pessoa, Sociedade e Estado*, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, p. 11.

Georgino Rocha, a DSI recebeu ainda a missão “*de se sentir solidária com o que vai acontecendo, anunciando tudo o que for valioso e denunciando o que é nefasto e indigno da pessoa, de ser consciência ética e moral dos valores que constituem a verdadeira grandeza da vocação humana, da sociedade organizada, da convivência entre os povos, da paz universal que é fruto da justiça, e de envolver profunda e criativamente sempre que a pessoa humana esteja em perigo devido a qualquer força redutora que a ameace e impeça de alcançar a sua plena realização*”¹⁴.

A Doutrina Social da Igreja, deve ser entendida em dois sentidos. Num sentido restrito, António Reis Rodrigues, afirma que, “*a Doutrina Social da Igreja, reporta-se sobretudo aos problemas da vida económico-social, tais como surgiram na sequência da revolução industrial*”¹⁵. Por outro lado, o papa João XXIII, diz-nos que o trabalho deve ser considerado, “*quer na teoria, quer na prática, não como mercadoria, mas como modo de expressão direta da pessoa humana*”¹⁶.

No final do século XIX, com o aparecimento da sociedade industrial, o contexto social sofreu alterações significativas. A classe operária reclamou os seus direitos, ansiando por um trabalho justo e digno. O papa Bento XVI, na encíclica, *Deus caritas est*, (2005), faz um caminho histórico sobre a situação social nos finais do século XIX e refere que, “*desde Oitocentos, vemos levantar-se contra a atividade caritativa da Igreja uma objeção, explanada depois com insistência, sobretudo pelo pensamento marxista. Os pobres — diz-se — não teriam necessidade de obras de caridade, mas de justiça. As obras de caridade — as esmolas — seriam, na realidade, para os ricos, uma forma de se subtraírem à instauração da justiça e tranquilizarem a consciência, mantendo as suas posições e defraudando os pobres nos seus direitos. Em vez de contribuir com as diversas obras de caridade para a manutenção das condições existentes, seria necessário criar uma ordem justa, na qual todos receberiam a sua respetiva parte de bens da terra e, por conseguinte, já não teriam necessidade das obras de caridade. Algo de verdade existe — devemos reconhecê-lo — nesta argumentação, mas há também, e não pouco, de errado. É verdade que a norma fundamental do Estado deve ser a prossecução da justiça e que a finalidade de uma justa ordem social é garantir a cada um, no respeito do princípio da subsidiariedade, a própria parte nos bens comuns. Isto mesmo sempre o tem sublinhado a doutrina cristã sobre o Estado e a doutrina social da Igreja.*

Do ponto de vista histórico, a questão da justa ordem da coletividade entrou numa nova situação com a formação da sociedade industrial no Oitocentos. A aparição da indústria moderna dissolveu as antigas estruturas sociais e provocou, com a massa dos assalariados, uma mudança

¹⁴ **ROCHA, Georgino**, *Doutrina Social da Igreja e Democracia Social Contemporânea*, Eboresnia, Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora, Ano VII, 1994 (13/14), p. 115.

¹⁵ **RODRIGUES, António dos Reis**; *Doutrina Social da Igreja, Pessoa, Sociedade e Estado*, p. 12.

¹⁶ **JOÃO XXIII**, Encíclica *Mater et Magistra (MM)*, de 15 de maio de 1961, sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã, no 70º aniversário da Encíclica *Rerum Novarum*. «Caminhos da Justiça e da Paz – Doutrina Social da Igreja (Documentos de 1891 a 1987)», nº 18.

*radical na composição da sociedade, no seio da qual a relação entre capital e trabalho se tornou a questão decisiva — questão que, sob esta forma, era desconhecida antes. As estruturas de produção e o capital tornaram-se o novo poder que, colocado nas mãos de poucos, comportava para as massas operárias uma privação de direitos, contra a qual era preciso revoltar-se”*¹⁷.

2. Enquadramento histórico da Doutrina Social da Igreja sobre o trabalho

Para conseguir perceber o conjunto da DSI e compreender a sua evolução ao longo dos séculos, é fundamental realizar um enquadramento histórico. A proposta apresentada efetua um caminho documentado, com algumas adaptações, à luz dos grandes marcos apresentados na obra de Ildefonso Camacho¹⁸, que procurei fundamentar com citações dos principais textos do magistério pontifício e de outros autores que conhecem com clareza os textos da DSI sobre o trabalho.

O pensamento doutrinal e social da DSI inicia-se particularmente a partir do pontificado de Leão XIII (1878-1903), com a encíclica *Rerum Novarum*, (RN) em 1891, sobre a situação dos operários. O papa Leão XIII, sentindo a urgência dos novos tempos, publica este documento que é um marco no ensinamento da DSI. A partir de então, tem sido um ponto de referência, onde todos os Sumos Pontífices abordam, com regularidade, assuntos de ordem social, fazendo coincidir as datas de publicação dos vários documentos do magistério papal, sobre temas de cariz social com os aniversários da publicação do documento do papa Leão XIII.

A encíclica *Rerum Novarum*, 1891, também chamada de “*magna carta*”¹⁹ ou de “*um verdadeiro resumo do catolicismo em matéria económica e social*”²⁰ e a encíclica *Quadragesimo Anno*, (QA), 1931, do Papa Pio XI (1922-1939), tiveram, na altura, uma enorme projeção e estudo no campo especulativo das Ciências Sociais e no campo da legislação e da jurisprudência dos Estados, como frisa a própria *Quadragesimo Anno*²¹.

Estes documentos do magistério papal tinham como objeto de análise o tema do trabalho. Tema de fundo novamente estudado com bastante atenção, preocupação e perseverança pelos papas posteriores e com bastante insistência pelo papa João Paulo II, nas encíclicas *Laborem Exercens* e *Centesimus Annus*.

Segundo Paulo Fontes, “*com Pio XI, a ideia de doutrina é pensada e definida, em articulação com outras duas: ciência social e ação social. A noção de ciência social e,*

¹⁷ **BENTO XVI**, Carta Encíclica *Deus Caritas est*, de 25 de dezembro de 2005, sobre o amor cristão, Apostolado da Oração, Braga, nº 26.

¹⁸ Cf. **CAMACHO, Ildefonso** – *Doctrina social de la Iglesia. Una aproximación histórica*, Madrid, Ed. Paulinas, 1991.

¹⁹ **PIO XI**, Encíclica *Quadragesimo Anno* (QA), de 15 de maio de 1931, sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica, no 40 aniversário da Encíclica *Rerum Novarum*. «Caminhos da Justiça e da Paz – Doutrina Social da Igreja (Documentos de 1891 a 1987)», 2ª Edição, pág. 69 e ss, nº 39.

²⁰ MM, 15.

²¹ Cf. QA, 12 e 28.

concretamente, a denominada «sociologia cristã» remete para uma reflexão acerca da realidade social, feita por teólogos, sociólogos e economistas, à luz de certo número de princípios cristãos. A ideia de ação social remete para outro terreno, marcado pelas contingências do agir prático. Do ponto de vista filosófico, este tema de ação – através da qual se exprime não só uma identidade, mas opera a própria obra da redenção – é um tema de grande fecundidade e acesa polémica. Significativamente, é também Pio XI que, do ponto de vista organizativo, se institucionaliza a ideia de Ação Católica, numa estratégia de «reconquista cristã da sociedade» ”²².

O pontificado de Pio XII (1939-1958) promulga em 1939 a publicação da encíclica *Summi Pontificatus* sobre a solidariedade humana e o Estado totalitário. As mensagens, alocuções e intervenções seguintes deste Romano Pontífice intensificam a reflexão sobre as questões laborais, problemáticas de ordem moral e temáticas relacionadas com a organização da sociedade, que defendem a pessoa humana, nomeadamente os mais fracos e os mais pobres da sociedade.

Seguindo a mesma direção de pensamento, o pontificado de João XXIII (1958-1963) é marcado com a publicação da encíclica *Mater et Magistra*, (MM), 1961, sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã, no 70º aniversário da encíclica *Rerum Novarum* e da encíclica *Pacem in Terris*, (PT), 1963, sobre a paz entre todos os povos, na base da verdade, justiça, caridade e liberdade.

Com a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS), de 1965, sobre a Igreja no mundo contemporâneo, surge como o documento de grande substância social e que mais interesse suscita. Nele, são tratados assuntos sobre a cultura, família, ordem interna dos Estados e a relação com a comunidade internacional, direitos humanos na estrutura da sociedade, a vida económica da sociedade e a universalidade do bem comum. As palavras adotadas pelo Concílio Vaticano II, sobre a vida económica na sociedade, exerceram na *Gaudium et Spes*, uma reflexão de grande projeção e uma intervenção decisiva nos ensinamentos da DSI e, mais tarde, na linha de pensamento, nas encíclicas e nos documentos do pontificado de João Paulo II, nomeadamente em matéria social e laboral, com destaque para a dignidade do trabalho.

O pontificado de Paulo VI (1963-1978), é assinalado com a encíclica *Populorum progressio* (PP), 1967, sobre o desenvolvimento dos povos e pela carta apostólica *Octogesima Adveniens*, (AO), 1971, sobre os novos problemas sociais, no 80º aniversário da encíclica *Rerum Novarum*.

O magistério pontifício recente, através do pontificado de João Paulo II (1978-2005), foi marcado por uma rica e vasta reflexão sobre questões de ordem social, educacional, cultural, pastoral e laboral. Na temática laboral, dirige atenção às questões do trabalho humano, dignidade do

²² FONTES, Paulo, *A Doutrina Social da Igreja numa perspetiva histórica*, Centro de Estudos Sócio-Pastorais, *Questões Sociais, Desenvolvimento e Política* – Curso de Doutrina Social da Igreja, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1994, p. 71.

trabalho, primado do homem sobre o trabalho e capital, precariedade laboral, direitos do trabalhador, solidariedade e justiça social. A encíclica *Laborem Exercens* (LE), de 1981, sobre o trabalho humano, no 90º aniversário da encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII, a encíclica *Sollicitudo Rei Solialis* (SRS), de 1987, sobre a solicitude da Igreja em matéria social, no 20º aniversário da encíclica *Populorum Progressio* do papa Paulo VI e a encíclica *Centesimus Annus* (CA), de 1991, sobre os novos problemas sociais, no centenário da encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, são exemplos da exaustiva reflexão conseguida por este papa, através da meditação sobre o trabalho humano, dignidade do trabalho, princípios de solidariedade, subsidiariedade e bem comum. As suas centenas de mensagens, discursos, alocuções, e as palavras dirigidas nas suas viagens apostólicas abordam, com clareza, o nível intelectual, preocupação e uma clara vontade de defender os trabalhadores, os pobres e os excluídos da sociedade.

A encíclica *Laborem Exercens* é um documento que trata assuntos sobre o Homem no trabalho. Como problemas mais graves, João Paulo II coloca em destaque o homem sujeito do trabalho e senhor da história, caminho de Cristo e da Igreja, e nunca como objeto face à técnica, ao lucro ou à sociedade. A conjuntura envolve extensões graves que afetam o ser humano, tais como o desemprego, provocado pela automatização, a atualização profissional, o materialismo e o consumismo. O papa salienta a importância da solidariedade humana, a relação trabalho-família como fundamento e primeira escola, distingue a socialização da coletivização, assegura a prioridade do trabalho face ao capital e nega o antagonismo entre os dois fatores.

Realça a atualidade das associações sindicais, a problemática da agricultura, os direitos dos deficientes no setor do trabalho, os direitos e situação dos emigrantes. No que diz respeito aos salários, recupera a noção de retribuição equitativa, propondo a sua tradução sob a forma de abonos e subvenções. Atribuí um largo espaço relacionado com o desemprego, aprofundando a sua dimensão humana e reclamando a colaboração de todos os quadrantes da sociedade, isto é, o estado, os empresários, o setor público e privado e o próprio compromisso e a solidariedade internacional para a solução do grave flagelo social que conduz à marginalização, pobreza e exclusão.

Apesar de tudo isto, a sistematização e organização de todos os documentos pontifícios em matéria social, só foram conseguidas em 2004 no *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, fruto do esforço do Pontifício Conselho Justiça e Paz. De salientar que a reflexão alcançada na DSI, ao longo das publicações e alocuções do magistério pontifício, não se limita somente a questões relacionadas com o trabalho, embora a temática laboral tenha um papel de destaque.

O Pontificado de Bento XVI, está marcado pela publicação da encíclica *Deus caritas est*, de 2005, que reflete fundamentalmente sobre o amor divino para com o ser humano e na encíclica *Caritas in Veritate*, de 2009, sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. Faz uma reflexão sobre a globalização do mundo, sobre temas socioeconómicos, numa altura em

que se vive uma profunda crise económica e financeira. Exorta para a fraternidade, desenvolvimento económico na sociedade, para o desenvolvimento dos povos, direitos e deveres.

O papa reflete sobre as problemáticas ambientes através da ecologia humana e refere que a maneira como o ser humano trata o ambiente tem projeções negativas na maneira como se trata a si mesmo, e vice-versa. Isto leva a uma reflexão da sociedade atual e a uma revisão do seu estilo de vida que, em vários sítios do planeta, deriva do hedonismo e o do consumismo, logo *“é necessária uma real mudança de mentalidade que nos induza a adotar novos estilos de vida, «nos quais a busca do verdadeiro, do belo e do bom e a comunhão com os outros homens para um crescimento comum sejam os elementos que determinam as opções dos consumos, das poupanças e dos investimentos». Toda a lesão da solidariedade e da amizade cívica provoca danos ambientais, assim como a degradação ambiental por sua vez gera insatisfação nas relações sociais”*²³.

Na Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz de 2010, Bento XVI chama a atenção para a urgência da solidariedade entre os povos. Diz o papa, *“na realidade, é urgente a obtenção de uma leal solidariedade entre as gerações (...). A solidariedade universal é para nós não só um facto e um benefício, mas também um dever. Trata-se de uma responsabilidade que as gerações presentes têm em relação às futuras, uma responsabilidade que pertence também a cada um dos Estados e à comunidade internacional».*”²⁴

Como síntese, diz-nos Paulo Fontes que *“a doutrina social, assente no magistério, procura oferecer um conjunto de princípios que a própria ciência social desenvolverá, aplicando-a aos quadros da sociedade, e que a ação dos católicos procurará concretizar nos vários campos de vida dessa mesma sociedade. A Doutrina Social da Igreja surge-nos, assim, como um polo dentro do aparelho global que a Igreja desenvolve para a sua presença na sociedade moderna”*²⁵.

3. Princípios fundamentais da Doutrina Social da Igreja

Ao longo da prática de ensino, percebeu-se que os princípios da DSI são importantes para garantir a dignidade do trabalho e da pessoa humana, pois são a base das relações entre os seres humanos. Fatores que só fazem sentido quando interagem pelo interesse da comunidade e quando dignificam o trabalho e a vida do homem.

À luz da *Gaudium et Spes*, Silvestre Marques afirma que, *“os grupos devem, por isso promover a integração e o desenvolvimento destes fatores no arco dos valores e das instituições,*

²³ **BENTO XVI**, *Caritas in Veritate* - Caridade na Verdade, de 29 de junho de 2009, sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade, Paulinas, Lisboa, 2009, nº 51.

²⁴ **BENTO XVI**; *Se Quiseres Cultivar a Paz, Preserva a Criação*; Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, 1 de janeiro de 2010, nº 8.

²⁵ **FONTES, Paulo**, *A Doutrina Social da Igreja numa perspetiva histórica*, p. 72.

em ordem à valorização das suas capacidades e para superar os limites de cada um, ao mesmo tempo que alcançam e reforçam sempre mais a unidade da comunidade humana, para promover a atividade pessoal e comunitária do mundo, numa perspetiva de responsabilidade, em relação ao bem-comum, acessível a todos”²⁶.

a)- O Princípio do bem-comum

Este princípio é da responsabilidade de todos os seres humanos e conduz ao empenho dos membros da sociedade, levando ao desenvolvimento da sociedade. Deve ser compreendido de acordo com as exigências de perfeição da pessoa humana, vista em todas as dimensões da sua personalidade, tal como se fomenta na vida social, mas aberta ao infinito, por forma a realizar-se na ordem social que, no seu dinamismo, permita a renovação das mentalidades e das mudanças da sociedade ao serviço das pessoas e dos grupos²⁷.

O bem-comum é o “conjunto daquelas condições da vida social que permitem aos grupos e a cada um dos seus membros atingirem de maneira a mais completa e desembaraçadamente a própria perfeição”²⁸. O conceito de bem-comum, segundo a melhor tradição doutrinal, identifica-se com a «vida boa» dos membros da sociedade”²⁹. É viver bem e trabalhar com dignidade.

Nos documentos do Magistério Pontifício, este princípio prevalece sobre o bem individual, visto o ser humano pertencer a um grupo social e ter obrigações para com esse grupo, protegendo a superioridade da pessoa no que diz respeito aos direitos que lhe são próprios, na globalidade dos valores absolutos de ordem moral, espiritual e liberdade aos quais está submetida a sociedade³⁰.

b)- O Princípio de solidariedade

Este princípio defende a ligação das pessoas entre si através de inclinações e laços naturais, que aumentam constantemente, visto o compromisso da convivência ser mútua e responsável em ordem à integração de valores, em toda a sociedade³¹.

A prática da solidariedade é fundamental para a ordem social. Por isso, é importante entre os indivíduos, as famílias, os grupos e nas relações entre os povos. É o valor central da conceção cristã

²⁶ **MARQUES, Silvestre**, *Proteção Social na Doutrina Social da Igreja*, Eborensia, Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora, Ano XI, 1998 (21/22), p. 79.

²⁷ Cf. MM, 51 e 133; PT, 19 e 32-35; GS, 26 e 74; SRS, 10, 22, 23 e 36.

²⁸ **CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II**, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS), de 7 de dezembro de 1965, sobre a Igreja no mundo contemporâneo, Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2002, n.º 26.

²⁹ **CHORÃO, Mário Bigote**, *Pessoa Humana e Bem Comum como Princípios Fundamentais da Doutrina Social da Igreja*, Centro de Estudos Sócio-Pastorais, *Questões Sociais, Desenvolvimento e Política* – Curso de Doutrina Social da Igreja, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1994, p. 126.

³⁰ Cf. RN, 6; QA, 56-58; 74; MM, 78-81; PT, 53-60; GS, 26; PP, 24 e 38; LE, 10; SRS, 38.

³¹ Cf. MM, 157 ss; GS, 63-72; PP, 3, 43-44; SRS, 38-40.

da sociedade. Esta prática apresenta a realidade mais íntima do ser humano, que promove a unidade e a fraternidade entre os homens, com finalidades e deveres comuns ³².

O papa João Paulo II afirmou que, *“a prática da solidariedade no interior de cada sociedade é válida, quando os seus membros se reconhecem uns aos outros como pessoas. Aqueles que contam mais, dispondo de uma parte maior de bens e de serviços comuns, hão-de sentir-se responsáveis pelos mais fracos e estar dispostos a compartilhar com eles o que possuem. Por seu lado, os mais fracos, na mesma linha de solidariedade, não devem adotar uma atitude meramente passiva ou destrutiva do tecido social; mas, embora defendendo os seus direitos legítimos, devem fazer o que lhes compete para o bem de todos. Os grupos intermédios, por sua vez, não deveriam insistir egoisticamente nos seus próprios interesses, mas respeitar os interesses dos outros”* ³³.

Para Silvestre Marques, *“o princípio vital da sociedade é o sentimento de comunhão que se traduz na solidariedade entre os cidadãos e anima o dinamismo dos grupos. Mas para garantir a unidade, a segurança e a paz na convivência humana, é necessário na sociedade um ordenamento jurídico adequado às finalidades próprias da pessoa humana e às exigências do bem-comum”* ³⁴.

c)- O Princípio da subsidiariedade

Este princípio declara que os corpos sociais e as instituições superiores possuem caráter colaborativo, subsidiário, não substitutivo, sobre os grupos inferiores que atuam no desenvolvimento social do homem ³⁵. *“Por isso, com vista ao bem-comum, a sociedade organiza-se mediante a coordenação das atividades dos indivíduos e dos grupos, tendo em conta o princípio da subsidiariedade, segundo o qual as sociedades superiores devem respeitar a atividade relativamente dos grupos intermédios, ajudando-os e protegendo-os naquilo em que tiverem necessidades”* ³⁶.

O homem deverá apoiar-se nos valores da solidariedade e da justiça para assegurar a promoção pessoal e comunitária, ao serviço do bem comum na sociedade, tal como exponho de seguida no próximo capítulo.

³² Cf. QA, 83-36 e 111-118; GS, 4; PP, 66, LE, 8, 10 e 14; SRS, 33, 38-40.

³³ SRS, 39.

³⁴ MARQUES, Silvestre, *Prteção Social na Doutrina Social da Igreja*, p. 81.

³⁵ Cf. QA, 79-80; MM, 53 ss e 152; GS, 86; PP, 33.

³⁶ MARQUES, Silvestre, *Prteção Social na Doutrina Social da Igreja*, p. 80.

III. O TRABALHO COMO FORMA DE PROMOÇÃO INDIVIDUAL E DE SERVIÇO À COMUNIDADE

A vida em sociedade provoca no ser humano a necessidade de uma ordenação económica, geradora de bens e serviços, que seja a garantia da subsistência humana. Cabe à economia assegurar o sustento do ser humano, desencadear dinamismo nas atividades económicas, fomentar a transação de bens e serviços, proporcionar o progresso e o desenvolvimento das nações e, em simultâneo, constituir o património cultural dos povos. Para produzir bens e serviços que sejam a segurança da sua sustentabilidade, o homem necessita de trabalhar. O trabalho surge como um pressuposto natural da existência humana, como força ativa da vida económica, financeira e social. O trabalho promove o homem e é uma forma de serviço à sociedade.

1. O Trabalho participa na dinamização da Sociedade

O trabalho é uma atividade física, corporal e intelectual, espiritual que participa nas ações de produção e colabora na dinamização e transação de bens, valores e serviços, que visa satisfazer as necessidades vitais do homem. De salientar que o trabalho físico é efetuado mediante a força corpórea ou manual. Tem como fim a transformação, o domínio do mundo perceptível, tais como, a lavoura agrícola, a preparação dos alimentos, a extração de minérios ou petróleo, a confeção de vestuário ou calçado, a investigação científica, o progresso da técnica, o domínio dos meios de informação e comunicação, a conquista do espaço, a cibernética. Por outro lado, o trabalho intelectual radica no espírito, tem a sua origem na força espiritual, na inteligência e na vontade. Exemplo disso são o empenho que o ser humano tem no conhecimento, em descobrir e criar, na ânsia pela verdade e pelo bem, na preocupação pela beleza interior e pelos princípios, no zelo pela moral e pela ética, na conduta pelas regras, normas e leis, na fé em Deus, no interesse pela religião.

O trabalho intelectual completa o trabalho físico. Ambos dinamizam a produção de bens e serviços e proporcionam o progresso e a elevação cultural do homem. António Reis Rodrigues, diz-nos que “*situado entre dois mundos, o homem é simultaneamente, realidade espiritual e realidade corporal. Mas o reconhecimento desta dupla realidade não deve fazer-nos cair na errada dicotomia entre alma e corpo, cada qual agindo por seu lado, separadamente. O homem não é alma mais corpo; é uma unidade de corpo e alma, corpore et anima unus, na concisa expressão da Gaudium et Spes*”³⁷.

³⁷ RODRIGUES, António dos Reis; Doutrina Social da Igreja, *Pessoa, Sociedade e Estado*, p. 26.

Já na carta encíclica, sobre o trabalho humano, o papa João Paulo II afirmava que, *“é mediante o trabalho que o homem deve procurar o pão quotidiano e contribuir para o progresso contínuo das ciências e da técnica, e sobretudo para a incessante elevação cultural e moral da sociedade, na qual vive em comunidade com os próprios irmãos. E com a palavra trabalho é indicada toda a atividade realizada pelo mesmo homem, tanto manual como intelectual, independentemente das suas características e das circunstâncias, quer dizer toda a atividade humana que se pode e deve reconhecer como trabalho, no meio de toda a riqueza de atividades para as quais o homem tem capacidade e está predisposto pela própria natureza, em virtude da sua humanidade”*³⁸.

O trabalho é a atividade que cada ser humano desenvolve, é um bem supremo, porque dele depende o pão de cada dia e porque, por meio do trabalho, o homem revela a sua estatura moral e social, valorizando-se a si próprio e enaltecendo a sociedade em que está inserido. Por conseguinte, cada ser humano deve tirar da atividade laboral os meios necessários de subsistência, quer para si, quer para a sua família, com vista ao serviço da comunidade. O papa João Paulo II afirmou que, *“o trabalho é uma das características que distinguem o ser humano do resto das criaturas, a cuja atividade, relacionada com a manutenção da própria vida, não se pode chamar trabalho. Somente o ser humano tem capacidade para o trabalho e somente o ser humano o realiza preenchendo ao mesmo tempo com ele a sua existência sobre a terra”*³⁹.

O trabalho é a atividade que se faz no emprego e opõe-se a lazer. O trabalho humano é sempre uma atividade orientada para um fim, para a produção de bens materiais e espirituais, norteadas para o progresso, conferindo dignidade moral e ética. Na mesma encíclica, João Paulo II, disse que, *“assim, o trabalho comporta em si uma marca particular do homem e da humanidade, a marca de uma pessoa que opera numa comunidade de pessoas; e uma tal marca determina a qualificação interior do mesmo trabalho e, em certo sentido a sua própria natureza”*⁴⁰.

A promoção do homem concretiza-se através do trabalho, como atividade orientada para o bem comum. A promoção é alcançada quando o trabalho pessoal é realizado para o bem da sociedade. Quando isto acontece, o homem transfigura a sua própria natureza, tornando-se mais homem, tornando a sua humanidade mais divina, convertendo a sua ação ao serviço da comunidade.

Do ponto de vista teológico, já o papa João Paulo II em 1981, referia na carta encíclica, *Centesimus Annus*, sobre os novos problemas sociais, que *“no nosso tempo, torna-se cada vez mais relevante o papel do trabalho humano, como fator produtivo das riquezas espirituais e materiais; aparece, além disso evidente como o trabalho de um homem se cruza naturalmente com o de outros*

³⁸ **JOÃO PAULO II**, Carta Encíclica *Laborem Exercens* (LE), de 14 de setembro de 1981, sobre o trabalho humano, no 90º aniversário da Carta Encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII, Apostolado da Oração, Braga, apresentação.

³⁹ LE, apresentação.

⁴⁰ LE, apresentação.

*homens. Hoje mais do que nunca, trabalhar é um trabalhar com os outros e um trabalhar para os outros: torna-se cada vez mais um fazer qualquer coisa para alguém. O trabalho é tanto mais fecundo e produtivo, quanto mais o homem é capaz de conhecer as potencialidades criativas da terra e de ler profundamente as necessidades do outro homem, para o qual é feito o trabalho”*⁴¹.

O trabalho promove a partilha e a solidariedade entre os seres humanos, entre as famílias e as gerações. Por conseguinte, o homem, *“pelo seu trabalho, entra na posse de um duplo património; ou seja, do património daquilo que é dado a todos os homens, sob a forma dos recursos da natureza, e do património daquilo que os outros que o precederam já elaboraram”*⁴².

Deus quis ligar ao trabalho a própria vida humana. Ao trabalhar a terra, o ser humano produz bens, o seu sustento, proporciona o desenvolvimento da sociedade e com a sua ação e esforço dignifica o trabalho. Através do trabalho, Deus confere dignidade ao homem, concede-lhe capacidade para se valorizar enquanto pessoa.

2. O Trabalho confere dignidade ao ser humano

O trabalho torna o homem agente da sociedade, autor da sua vida, com capacidade de gerir os rendimentos retirados do seu esforço, alcançando reconhecimento social. O trabalho confere dignidade pessoal e social ao homem. A dignidade do trabalho decorre de duas fontes: da pessoa que trabalha e das características do próprio trabalho humano. A atividade laboral faz parte da dignidade do homem. Um dos princípios elementares da Doutrina Social da Igreja recorda que a dignidade do trabalho advém da dignidade da pessoa que trabalha e não o oposto. O papa João Paulo II, apoiava-se na prioridade absoluta da pessoa e exortava que, *“o primeiro fundamento do valor do trabalho é o próprio homem, seu sujeito. Relaciona-se com isto imediatamente uma conclusão muito importante de natureza ética: ‘embora seja verdade que o homem está destinado e é chamado ao trabalho, contudo, antes de mais nada o trabalho é ‘para o homem’ e não o homem ‘para o trabalho’ (pelo) que cada trabalho se mede sobretudo pelo padrão da dignidade do sujeito do trabalho, isto é, da pessoa, do homem que o executa. De facto em última análise, a finalidade do trabalho, de todo e qualquer trabalho realizado pelo homem - ainda que seja o trabalho do mais humilde ‘serviço’ ou o mais monótono na escala comum de apreciação ou o mais marginalizador - permanece sempre o próprio homem”*⁴³.

⁴¹ CA, 31.

⁴² LE, 13.

⁴³ LE, 6.

Como fundamento teológico, *“o trabalho é a resposta que o homem, cada homem e mulher, dá aos dons de Deus: mediante o trabalho o homem extrai da terra, que Deus deu a toda a humanidade, os frutos que satisfazem as suas necessidades ”*⁴⁴.

O trabalho é uma vocação, é a atitude do homem perante o mandato divino no Éden, para cultivar e guardar o jardim (Gen 2, 15). Os relatos sagrados narrados na Bíblia evidenciam a preocupação do ser humano com o domínio da terra e com o cuidado manifestado aos animais e rebanhos. Esta preocupação evidencia a vontade do homem em trabalhar e retirar da terra o seu próprio sustento. O relato da criação no primeiro capítulo do livro dos Génesis descreve com clareza que o homem deve cuidar e preservar a natureza e não destruí-la.

Diz-nos o texto sagrado que, Deus disse: *“façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, e que eles dominem sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra”* (Gen 1, 26). Seguidamente, Deus os abençoou e lhes disse: *“sede fecundos, multiplicai-os, enchei a terra e submetei-a; dominai sobre os peixes do mar, as aves do céu e todos os animais que rastejam sobre a terra”* (Gen 1, 28). Deus disse: *“ Eu vos dou todas as ervas que dão semente, que estão sobre toda a superfície da terra, e todas as árvores que dão frutos e que dão semente: isso será o vosso alimento ”* (Gen 1, 29).

De acordo com o relato sacerdotal da criação em Génesis 1, é notório que os termos usados pelo autor sagrado, *“dominar”* e *“submeter”*, estão intimamente relacionados com as expressões *“doar”* e *“alimento”*, usadas pelo Criador. Deus entregou ao homem, deu ao ser humano o alimento necessário, para o seu sustento e sobrevivência, para a sua perpetuação na história, para a sua felicidade, para viver uma vida digna e atender às necessidades vitais.

Do mesmo modo, *“o relato Javista das origens (Gen 2) destaca vigorosamente a dupla relação que liga o homem (adam) com a terra (adamah); aquele procede desta, e a ela haverá de voltar. Entre esta relação de origem e de destino, situa-se a relação de interação dinâmica que dá sentido à existência humana e ao próprio mundo: o homem está na terra «para cultivá-la e cuidá-la» (Gen 2, 15) ”*⁴⁵, para trabalhar a terra, para sua subsistência. Os verbos utilizados também se completam. *“Trabalhando a terra, o homem deve cuidá-la, cumpre o objetivo para o que havia sido criado por Deus (Cf. Gen 2, 5). E vice-versa: tem de cuidar da terra na medida em que a cultiva, não a deve deixar estéril e sem fruto ”*⁴⁶.

A criação é uma doação do Criador ao homem, proporcionando-lhe o alimento e sustento para a sua vida e felicidade. O homem deve preservá-la, cuidá-la, permitindo o bem-estar de todos os seres humanos, para que possam *“encher”* e *“dominar”* a terra com respeito e equidade.

⁴⁴ CA, 31.

⁴⁵ RUIZ DE LA PEÑA; *«El desafío ecológico»*; in *Crisis y apologia de la fe. Evangelio y nuevo milénio*. Sal Terrae, Santander, 1995, p. 257.

⁴⁶ Ibidem.

Perceber o homem como parte da criação é perceber que o trabalho também é criação. É afirmar que o ser humano contribui para o desenvolvimento da humanidade. Assim, entendemos que o trabalho é obra da criação, onde todos os trabalhadores são criadores, dinamizadores, contribuem para o aperfeiçoamento do planeta, da criação.

O trabalho é também uma das formas privilegiadas para continuar a obra da criação, pois faz de cada pessoa, um colaborador da ação divina, um verdadeiro criador. Na sequência desta reflexão, o Concílio Vaticano II, diz-nos que, pelo trabalho, pelo seu esforço, o homem e a mulher, tornam-se cooperadores de Deus e da própria obra divina, *“e exercem a própria atividade que prestam conveniente serviço à sociedade, com razão podem considerar que prolongam com o seu trabalho a obra do Criador, ajudam os seus irmãos e dão uma contribuição pessoal para a realização dos desígnios de Deus na história”*⁴⁷.

Diz-nos ainda o Concílio Vaticano II, que a atividade laboral proporciona ao ser humano a sua direta colaboração na obra da redenção. O homem torna-se colaborador de Deus. A vida quotidiana e a atividade humana foi aperfeiçoada com a Encarnação e com o mistério pascal e adquiriram um novo significado para todos os crentes. O trabalho é um dos essenciais meios para cooperar na obra da criação⁴⁸ e da redenção⁴⁹.

Na mesma linha de pensamento, o papa Paulo VI, na encíclica sobre o desenvolvimento dos povos, afirmou que *“Deus, que dotou o homem de inteligência, de imaginação e de sensibilidade, deu-lhe assim o meio para completar, de certo modo, a sua obra: ou seja, artista ou artífice, empreendedor, operário ou camponês, todo o trabalhador é um criador”*⁵⁰.

Para Lothar Roos, a teologia do trabalho assenta essencialmente em *“saber o que o crente, para além de todas as possibilidades filosóficas, poderá perceber do seu trabalho, seu sentido e seu futuro, tendo em conta a ação salvadora de Deus”*⁵¹. Por isso mesmo, continua o autor que, *“não basta penetrar as «realidades terrestres» e configurá-las moralmente com a ajuda do conhecimento racional, pois isso seria reduzir a realidade salvífica. Antes, a criação, a encarnação e a escatologia têm de ser consideradas a partir do centro do acontecimento de Cristo e compreendidas como uma unidade. A encarnação e a sua plenitude escatológica não suportam qualquer separação de «natureza» e «graça». Em consequência da ação salvadora divina em Jesus Cristo é santificada a própria vida como tal, uma formulação que se encontra muitas vezes nesta*

⁴⁷ GS, 34.

⁴⁸ LE, 25-26.

⁴⁹ GS, 38-39.

⁵⁰ PAULO VI, Carta Encíclica *Populorum progressio* (PP), de 26 de março de 1967, sobre o desenvolvimento dos povos. «Caminhos da Justiça e da Paz – Doutrina Social da Igreja (Documentos de 1891 a 1987)», nº 27.

⁵¹ ROOS, Lothar, *Ética do trabalho*, Communio, Revista Internacional Católica, Ano I, 1984 (2) março/abril, p. 119.

teologia. Toda a realidade humana – portanto, também o trabalho – é abrangida, penetrada, transformada pelo acontecimento da salvação” ⁵².

O trabalho é uma via que assegura a realização de cada um como pessoa e é um meio indispensável para garantir o sustento pessoal e familiar. Garante as finalidades da própria família, nomeadamente a educação. Como defende o papa João Paulo II, o trabalho “*constitui o fundamento sobre o qual se edifica a vida familiar, direito fundamental e vocação do homem. Estas duas esferas de valores – uma conjunta ao trabalho e a outra derivante do carácter familiar da vida humana – devem unir-se entre si e compenetrar-se de um modo correto. O trabalho, de alguma maneira, é a condição que torna possível a fundação de uma família, uma vez que a família exige os meios de subsistência que o homem obtém normalmente mediante o trabalho*” ⁵³.

O Sumo Pontífice acrescenta ainda que, “*a família constitui um dos mais importantes termos de referência, segundo os quais tem de ser formada a ordem sócio-ética do trabalho humano. Com efeito, a família é ao mesmo tempo uma comunidade tornada possível pelo trabalho e a primeira escola interna de trabalho para todos e cada um dos homens*” ⁵⁴.

3. A Dignidade do Trabalho

O Trabalho é a atividade total do ser humano e confere dignidade. O trabalho é um bem para dignificar o trabalhador. O trabalho, pelo facto de ser humano, tem características próprias que lhe conferem dignidade: “*é um bem «útil» ou de que se pode usufruir, mas também é um bem «digno», ou seja, que corresponde à dignidade do homem, um bem que exprime esta dignidade e que a aumenta*” ⁵⁵.

O valor principal do trabalho humano não se avalia pelo que se produz, nem pela posição social de quem o executa. Verifica-se sobretudo por aquilo que é: trabalho humano. Já o papa João Paulo II nos recordava que “*o trabalho é um bem do homem – é um bem da sua humanidade – porque, mediante o trabalho, o homem não somente transforma a natureza, adaptando-se às suas próprias necessidades, mas também se realiza a si mesmo como homem e até, num certo sentido, se «torna mais homem»*” ⁵⁶.

Não é fidedigno excluir do mercado de trabalho os que não são considerados necessários, os que não são suficientemente produtivos, os desempregados, os deficientes. O homem-sujeito do trabalho não deve ser entendido apenas como trabalhador, mas sobretudo como cidadão, membro de

⁵² Ibidem.

⁵³ LE, 10.

⁵⁴ LE, 10.

⁵⁵ LE, 9.

⁵⁶ LE, 9.

uma comunidade. Desempregado, com deficiência, pobre, ou excluído, “*cada pessoa tem direito, pelo princípio do destino universal dos bens, aos bens e dons da comunidade a que pertence, «apenas» pelo facto de pertencer a esta comunidade*”⁵⁷.

O trabalho é a elevação do homem na sua dignidade e nunca como motivo de degradação, alienação e desumanização, características negativas que conduzem à exclusão social. Como refere o papa João Paulo II, “*a alienação verifica-se também no trabalho, quando é organizado de modo a «maximizar» apenas os seus frutos e rendimentos, não se preocupando de que o trabalhador, por meio do seu trabalho, se realize mais ou menos como homem, conforme cresça a sua participação numa autêntica comunidade humana solidária, ou então cresça o seu isolamento num complexo de relações de exacerbada competição e de recíproco alheamento, no qual ele aparece considerado apenas como um meio e não como um fim*”⁵⁸.

Para explicar e alicerçar com mais precisão a dignidade do trabalho, João Paulo II caracteriza e apoia-se em dois sentidos do trabalho: o trabalho em sentido objetivo (a técnica)⁵⁹ e o trabalho no sentido subjetivo (o Homem-sujeito do Trabalho)⁶⁰.

O trabalho objetivo exprime-se através de um conjunto de meios, processos, atividades, instrumentos, mecanismos, recursos, métodos e técnicas de que o homem se serve no seu próprio trabalho para produzir e criar. Consequente, a técnica facilita o trabalho humano, aperfeiçoa-o, acelera-o e multiplica-o, favorece o progresso, aumenta a produtividade, avulta a quantidade dos produtos do trabalho e melhora a sua qualidade.

Por outro lado, é enquanto pessoa, que o homem é sujeito do trabalho. O trabalho subjetivo, consiste na ação, no agir e proceder do homem, enquanto criatura portadora de dinamismo e atividade, apto a desenvolver, com capacidade e competência de realizar diversas ações que fazem parte do processo do trabalho e devem servir para a realização da humanidade e para o cumprimento da vocação a ser pessoa e realização pessoal.

Pela apresentação destes dois sentidos do trabalho, percebemos o primado da grandeza subjetiva sobre a objetiva. Prioridade que provoca tensão e conflito entre trabalho e capital. Esta tensão nas relações explica-se porque o sistema capitalista impõe a livre concorrência e do benefício, que está na base do sistema liberal, onde o lucro é valorizado em detrimento do trabalhador. Essa tensão surge também pela fraca produção, consequência da perda do poder de compra e da mão-de-obra barata e pelos salários baixos. Por isso, deve assegurar-se a dignidade do trabalhador.

⁵⁷ **CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA**, Nota Pastoral *As Pessoas com Deficiência – Cidadãos de pleno direito*, 8 de maio de 2003.

⁵⁸ CA, 41.

⁵⁹ LE, 5.

⁶⁰ LE, 6.

IV. A DIGNIDADE DO TRABALHO E OS NOVOS PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL

Reduzir o trabalho à mera atividade de sustento é ter uma visão redutora. Para acautelar o método capitalista e economicista que confere primazia ao lucro, em detrimento do trabalho, deve assegurar-se a dignidade do trabalho e evitar a exploração e a exclusão social.

1. O conflito entre Trabalho e Capital

*“Diferentes relações entre operários e patrões”*⁶¹.

O conflito entre o capital e o trabalho, como elementos antagônicos do sistema produtivo é um tema que já tinha sido abordado pelo Papa Leão XIII, na encíclica *Rerum Novarum*. *“a questão aparece quase sempre viciada por um erro capital; quase todos partem do princípio que as diferentes classes da sociedade são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse posto os ricos e os pobres frente a frente numa guerra sem quartel. Isto é, aberração de tal ordem e tão contrária à razão e à verdade, que é precisamente o contrário, porque, assim como no corpo os membros diferentes entre si se adaptam de tal modo que da sua união resulta um todo harmónico e que se poderá chamar simétrico, assim também na sociedade civil está ordenado pela natureza que as duas classes se unam harmoniosamente e se adaptem uma à outra na perfeito equilíbrio”*⁶².

Estas palavras são atuais para os nossos tempos. Numa atmosfera cultural, social e económica, embebida pelo individualismo e capitalismo do século XXI, pelo crescente desemprego, pelo aumento da pobreza, com a nefasta crise financeira e instabilidade social, agudizam-se os problemas na classe operária e as dificuldades resolvem-se em prejuízo dos mais fracos, dos trabalhadores e dos mais pobres. É de admitir que esta situação caótica conduza à intensificação de graves desordens sociais, com greves e com estados de luta constantes entre patrões e empregados.

Como consequência desta agitação social e descontentamento laboral, os trabalhadores, ficam mais isolados e indefesos, à mercê das contingências dos momentos de tensão, contração dos mercados ou da crise financeira. Como resultado, saem prejudicados, ficam forçados a condições desumanas de trabalho. Logo, o presente cenário viola a dignidade do trabalho, dos direitos dos trabalhadores, aumentando desta forma, o fosso entre patrões e empregados, entre ricos e pobres, criando novos processos de exclusão social.

⁶¹ LEÃO XIII, Encíclica *Rerum Novarum* (RN), de 15 de maio de 1891, sobre a situação dos operários. «Caminhos da Justiça e da Paz – Doutrina Social da Igreja (Documentos de 1891 a 1987)», Rei dos Livros, 1989, 1.

⁶² RN, 14.

Já a encíclica *Laborem Exercens* remetia para um verdadeiro conceito antropológico sobre o desenvolvimento e progresso. Afirmava o papa João Paulo II que “*o progresso de que se fala deve realizar-se graças ao homem e para o homem, e deve produzir frutos no homem. Uma verificação do progresso será reconhecimento cada vez mais consciente da finalidade do trabalho e o respeito cada vez mais universal dos direitos que lhe são inerentes, em conformidade com a dignidade do homem, sujeito do trabalho*”⁶³.

À luz desta base antropológica, com facilidade reconhecemos a essência do princípio da prioridade do «trabalho» com a relação ao «capital», que está no centro da ética social da encíclica.

“*Este princípio diz respeito diretamente ao próprio processo de produção, relativamente ao qual o trabalho é sempre uma causa eficiente primária, enquanto o «capital», sendo o conjunto dos meios de produção, permanece apenas um instrumento, ou causa instrumental. Este princípio é uma verdade evidente, que resulta de toda a experiência histórica do homem*”⁶⁴. Prejudicar o trabalhador para valorizar o lucro, para retirar proveito e triunfo social, é exercer sobre o homem-sujeito do trabalho uma violência intolerável.

2. Primado do trabalho sobre o capital

João Paulo II dizia-nos que o “*«capital» nasceu do trabalho e é portador das marcas do trabalho, é fruto do trabalho*”⁶⁵. Desta forma, “*é preciso acentuar e pôr em relevo o primado do homem no processo de produção, o primado do homem em relação às coisas. E tudo aquilo que está contido no conceito de «capital», num sentido restrito do termo, é somente um conjunto de coisas. Ao passo que o homem, como sujeito do trabalho, independentemente do trabalho que faz, o homem, e só ele, é uma pessoa*”⁶⁶.

De salientar que, já o papa João XXIII, na Encíclica *Pacem in Terris*, sublinhava a importância da prioridade do trabalhador em relação aos lucros e capitais. “*Cremos sobremaneira oportuna observar a este respeito que, na medida do possível, seja o capital que procure a mão-de-obra, e não a mão-de-obra o capital. Assim se permitirá a tantas pessoas melhorar a própria situação, sem ter que abandonar com tamanha saudade a pátria, para transplantar-se a outras pátrias, reajustar-se a uma nova situação e criar-se um novo ambiente social*”⁶⁷. É bem notório a

⁶³ LE, 18.

⁶⁴ LE, 12.

⁶⁵ LE, 12.

⁶⁶ LE, 12.

⁶⁷ JOÃO XXIII, Carta Encíclica *Pacem in Terris* (PT), de 11 de abril de 1963, sobre a Paz entre todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade. «Caminhos da Justiça e da Paz – Doutrina Social da Igreja (Documentos de 1891 a 1987)», 102.

posição de que devem ser os «capitais» a transferirem os seus interesses e lucros para onde estão as pessoas e não os trabalhadores a adaptar-se a novos ambientes.

Da mesma maneira, João Paulo II, na encíclica *Laborem Exercens*, chamava à atenção para o problema da emigração por motivos de trabalho. Dizia o papa que, *“a coisa mais importante é que o homem que trabalha fora do seu país natal, como emigrado permanente ou como trabalhador ocasional, não venha a encontrar-se desfavorecido pelo que se refere aos direitos relativos ao trabalho, em confronto com os trabalhadores dessa sociedade determinada. A emigração por motivo de trabalho não pode de maneira nenhuma tornar-se uma ocasião de exploração financeira ou social. No que diz respeito à relação de trabalho com o trabalhador imigrado devem ser válidos os mesmos critérios seguidos para todos os outros trabalhadores da mesma sociedade. O valor do trabalho deve ser medido com a mesma medida e não tendo em linha de conta a diferença de nacionalidade, de religião ou de raça. Com mais razão ainda, não pode ser explorada a situação de constrangimento em que se encontre o imigrado. Todas estas circunstâncias devem absolutamente ceder — naturalmente depois de terem sido tomadas em consideração as qualificações específicas — diante do valor fundamental do trabalho, valor que anda ligado com a dignidade da pessoa humana. E uma vez mais vem ao caso repetir o princípio fundamental: a hierarquia dos valores, o sentido profundo do trabalho exige que o capital esteja em função do trabalho e não o trabalho em função do capital”*⁶⁸.

3. Dimensões do trabalho

À luz da encíclica *Laborem Exercens*, o trabalho é fonte de progresso, de desenvolvimento, instrumento de realização, de crescimento pessoal e social, não pode ser causa de conflito e causador de atritos nas relações sociais. O papa João Paulo II ajuda-nos a perceber melhor as dimensões do trabalho que dignificam a atividade laboral e o sujeito do trabalho.

a)- Dimensão económica e financeira

Face à atividade laboral, estão relacionadas contrapartidas, quer para o trabalhador, quer para o empregador. Mediante o trabalho prestado, todo o trabalhador tem o direito de receber uma compensação monetária, um ordenado legítimo, justo e merecido pelo trabalho ministrado e o empregador retirar um lucro prudente e sensato da atividade executada. Não nos podemos esquecer que trabalhar confere rendimentos e está associado à inquietação de uma vida mais digna e justa, com perspectivas de um futuro melhor para o trabalhador e para a empresa. Além disso, o trabalho

⁶⁸ LE, 23.

produz efeitos na vida económica da sociedade, fomentando dinamismo nos mercados financeiros e em simultâneo, incita na vida do Estado uma atividade tributária que arrecada nos seus cofres impostos sobre o trabalho prestado pelos trabalhadores e pelas empresas. Este dinamismo financeiro e bolsista não pode ser desmesurado, tendo por base o lucro doentio. Por outro lado, as atividades de tributação de impostos não podem ter em vista a exploração dos trabalhadores, com contribuições exageradas e taxas injustas.

b)- Dimensão pessoal

O trabalho certifica a realização de cada um enquanto pessoa. É um meio indispensável para garantir o seu sustento pessoal. O trabalho é manifestação pessoal do desempenho do trabalhador. Por isso mesmo, é expressão da pessoa enquanto sujeito do trabalho que realiza uma atividade. Através do exercício do seu trabalho, a pessoa alcança realização pessoal, encontra satisfação para o seu agir, motivação para o seu viver, descobre sentido para a vida, alcança maturidade e felicidade. O trabalho concede autoestima.

c)- Dimensão familiar

Pelo exercício do trabalho, a família alcança o seu sustento. O trabalho *“constitui o fundamento sobre o qual se edifica a vida familiar, que é um direito fundamental e uma vocação do homem”* ⁶⁹. A remuneração monetária obtida pelo trabalho é o suporte da subsistência de todos os elementos do agregado familiar e não apenas de cada elemento que desenvolve a sua atividade. A remuneração deve permitir a garantia da alimentação, vestuário, educação, segurança social e saúde. Além do trabalho assegurar a sustentação material da família, deve também permitir o estreitamento dos laços afetivos, permitir tranquilidade no lar e ser o garante da união de todos os elementos da família e possibilitar a sua proteção, segurança e ser responsável pelo lazer e felicidade.

d)- Dimensão social

Mediante o trabalho, a pessoa estabelece um vínculo à sociedade, através da sua participação social, cidadania e solidariedade. Ao inserir-se na vida da sociedade, a pessoa participa nas suas atividades, levando-a a concretizar ações que determinam a sua maneira de estar que influenciam os seus comportamentos. O trabalho proporciona um estatuto social e determina o lugar, a posição que a pessoa ocupa na franja social. Pela sua atividade laboral, pelo desenvolvimento do seu trabalho, o

⁶⁹ LE, 10.

trabalhador é reconhecido pelos outros. Isso aumenta a sua autoestima. O trabalho propicia a construção de uma rede social de conhecimentos, de relações de convívio, de lazer e amizade, que projetam a pessoa ao nível pessoal e social, tirando-a da agitação e do cansaço.

e)- Dimensão universal

O trabalho deve provocar harmonia no ser humano. Para que se estabeleça esse entendimento, é necessário que o homem não fomenta uma agressão ao equilíbrio da natureza, não suscite um atentado à estabilidade ambiental e universal. Para isso, basta que a sua atividade laboral e industrial não seja devastadora para o ambiente, adotando medidas ecológicas e tornando o planeta Terra a sua casa.

f)- Dimensão espiritual

O trabalho é obra da criação e os trabalhadores contribuem para o aperfeiçoamento da criação. O trabalho eleva o homem e possibilita o seu desenvolvimento espiritual. Diviniza o trabalhador. Através do exercício laboral, o homem é um continuador da obra de Deus. Pelo trabalho, pelo seu esforço, o homem torna-se num cooperador do Criador. Deus torna-o cocriador e colaborador da criação.

4. O trabalho como direito e como dever

O trabalho, como dever, é entendido como o meio de garantir a subsistência de cada ser humano e dele contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

A afirmação do direito ao trabalho é unânime. No entanto, não é fácil consegui-lo e mantê-lo. A DSI defende o princípio do pleno emprego, onde deveria haver *“um emprego adaptado para todos aqueles que são capazes de o ter”*⁷⁰. Direito que é alargado a todas as idades, raças, classes sociais e a pessoas portadoras de deficiência. João Paulo II afirmava que, também estas pessoas *“são sujeitos plenamente humanos, dotados dos correspondentes direitos inatos, sagrados e invioláveis, que, apesar das limitações e dos sofrimentos inscritos no seu corpo e nas suas faculdades, põem mais em relevo a dignidade e a grandeza do homem. E uma vez que a pessoa que tem quaisquer «deficiências» é um sujeito dotado de todos os seus direitos, deve facilitar-se-lhe a participação na vida da sociedade em todas as dimensões e a todos os níveis que sejam acessíveis para as suas possibilidades.*

⁷⁰ LE, 18.

*A pessoa deficiente é um de nós e participa plenamente da mesma humanidade que nós. Seria algo radicalmente indigno do homem e seria uma negação da humanidade comum admitir à vida da sociedade, e portanto ao trabalho, só os membros na plena posse das funções do seu ser, porque, procedendo desse modo, recair-se-ia numa forma grave de discriminação, a dos fortes e sãos contra os fracos e doentes. O trabalho no sentido objetivo deve ser subordinado, também neste caso, à dignidade do homem, ao sujeito do trabalho e não às vantagens económicas”*⁷¹.

A inserção de pessoas com deficiência no trabalho merece, por parte do papa uma especial atenção. Daí a encíclica apontar diretrizes para a sua inclusão por parte da comunidade. Dizia o papa que “*cabe à comunidade, quer dizer, às autoridades públicas, às associações e aos grupos intermédios, às empresas e aos mesmos deficientes pôr em comum ideias e recursos para se alcançar esta finalidade inabdicável: que seja proporcionado um trabalho às pessoas deficientes, segundo as suas possibilidades, porque o requer a sua dignidade de homens e de sujeitos do trabalho. Cada comunidade há-de procurar munir-se das estruturas adaptadas para se encontrarem ou para se criarem lugares de trabalho para tais pessoas, quer nas comuns empresas públicas ou privadas — que lhes proporcionem um lugar de trabalho ordinário ou então adaptado para o seu caso — quer nas empresas e nos meios de trabalho chamados «de proteção»*”⁷².

Continua o papa, “*uma grande atenção deverá ser dedicada, como para todos os outros trabalhadores, às condições físicas e psicológicas de trabalho dos deficientes, à sua justa remuneração, à sua possibilidade de promoção e à eliminação dos diversos obstáculos. Sem querer esconder que se trata de uma tarefa complexa e não fácil, é para desejar que uma conceção exata do trabalho no sentido subjetivo permita chegar-se a uma situação que dê à pessoa deficiente a possibilidade de sentir-se não já à margem do mundo e do trabalho ou a viver na dependência da sociedade, mas sim como um sujeito do trabalho de pleno direito, útil, respeitado na sua dignidade humana e chamado a contribuir para o progresso e para o bem da sua família e da comunidade, segundo as próprias capacidades*”⁷³.

O trabalho é um direito que deve ser garantido a todos. Pelos dadores diretos: indústrias, empresas, empresários, empreendedores e por dadores indiretos: o Estado, pessoas, instituições sociais, instituições bancárias e financeiras, etc..., que determinam o sistema económico. Os dadores indiretos são entendidos como “*os numerosos fatores diferenciados que, além do dador de trabalho direto, exercem uma determinada influência sobre a maneira segundo a qual se estabelecem quer o contrato de trabalho quer, como consequência, as relações mais ou menos justas no setor do trabalho humano*”⁷⁴.

⁷¹ LE, 22.

⁷² LE, 22.

⁷³ LE, 22.

⁷⁴ LE, 16.

5. Os direitos dos trabalhadores

A intenção do papa João Paulo II, na encíclica *Laborem Exercens*, é principalmente prática: a defesa e a promoção dos direitos dos trabalhadores. O direito ao emprego, a um salário justo e as regalias sociais são alguns dos direitos fundamentais para os trabalhadores.

a)- O salário justo

Já o papa João Paulo II nos dizia que *“o problema-chave da ética social, neste caso, é o problema da justa remuneração do trabalho que é executado. No contexto atual, não há maneira mais importante para realizar a justiça nas relações entre trabalhadores e dadores de trabalho, do que exatamente aquela que se concretiza na remuneração do mesmo trabalho. Independentemente do facto de o trabalho ser efetuado no sistema da propriedade privada dos meios de produção ou num sistema em que a propriedade sofreu uma espécie de «socialização», a relação entre o dador de trabalho (em primeiro lugar o dador direto) e o trabalhador resolve-se à base do salário, quer dizer, mediante a justa remuneração do trabalho que foi feito”*⁷⁵.

No entender de Silvestre Marques, *“ao trabalho é devida uma justa retribuição que deve ser calculada segundo o valor da prestação do trabalhador, mas também segundo a medida das suas necessidades e da sua família, no quadro das possibilidades oferecidas pelas condições de uma economia global em expansão e das exigências de uma real participação nos frutos da atividade comum”*⁷⁶.

Para o papa João Paulo II, *“uma justa remuneração do trabalho das pessoas adultas, que tenham responsabilidades de família, é aquela que for suficiente para fundar e manter dignamente uma família e para assegurar o seu futuro. Tal remuneração poderá efetuar-se ou por meio do chamado salário familiar, isto é, um salário único atribuído ao chefe de família pelo seu trabalho, e que seja suficiente para as necessidades da sua família, sem que a sua esposa seja obrigada a assumir um trabalho retribuído fora do lar; ou então por meio de outras medidas sociais, como sejam abonos familiares ou os subsídios para as mães que se dedicam exclusivamente à família, subsídios estes que devem corresponder às necessidades efetivas, quer dizer, ao número de pessoas a seu cargo e durante todo o tempo em que elas não estejam em condições de assumir dignamente a responsabilidade da sua própria vida”*⁷⁷.

⁷⁵ LE, 19.

⁷⁶ MARQUES, Silvestre, *Proteção Social na Doutrina Social da Igreja*, p. 89.

⁷⁷ LE, 19.

b)- Revalorização social das funções maternas

O desempenho das funções maternas, sem discriminação e sem exclusão do emprego, são direitos que o papa João Paulo II valorizou na encíclica *Laborem Exercens*. Sublinhou o papa que *“a experiência confirma que é necessário aplicar-se em prol da revalorização social das funções maternas, dos trabalhos que a elas andam ligados e da necessidade de cuidados, de amor e de carinho que têm os filhos, para se poderem desenvolver como pessoas responsáveis, moral e religiosamente amadurecidas e psicologicamente equilibradas. Reverterá em honra para a sociedade o tornar possível à mãe — sem pôr obstáculos à sua liberdade, sem discriminação psicológica ou prática e sem que ela fique numa situação de desdouro em relação às outras mulheres — cuidar dos seus filhos e dedicar-se à educação deles, segundo as diferentes necessidades da sua idade.”*⁷⁸.

Afirmou ainda o papa *“que elas possam desempenhar plenamente as suas funções, segundo a índole que lhes é própria, sem discriminações e sem exclusão dos empregos para que tenham capacidade, como também sem faltar ao respeito pelas suas aspirações familiares e pelo papel específico que lhes cabe no contribuir para o bem comum da sociedade juntamente com o homem. A verdadeira promoção da mulher exige que o trabalho seja estruturado de tal maneira que ela não se veja obrigada a pagar a própria promoção com o ter de abandonar a sua especificidade e com detrimento da sua família, na qual ela, como mãe, tem um papel insubstituível”*⁷⁹.

c)- As regalias sociais

A importância das regalias sociais é fundamental para proteger os trabalhadores, como o subsídio de desemprego, boas condições de trabalho e segurança social. O papa apontou ainda para diretrizes que protejam os trabalhadores, tais como, *“outras subvenções sociais que têm como finalidade assegurar a vida e a saúde dos trabalhadores e a das suas famílias. As despesas relacionadas com as necessidades de cuidar da saúde, especialmente em caso de acidentes no trabalho, exigem que o trabalhador tenha facilmente acesso à assistência sanitária; e isto, na medida do possível, a preços reduzidos ou mesmo gratuitamente”*⁸⁰.

Por outro lado, afirmou o papa, *“um outro setor respeitante às subvenções é o daquilo que anda ligado ao direito ao repouso; trata-se aqui, antes de mais nada, do repouso semanal regular, compreendendo pelo menos o domingo, e além disso de um repouso mais longo, as chamadas*

⁷⁸ LE, 19.

⁷⁹ LE, 19.

⁸⁰ LE, 19.

*férias, uma vez por ano ou, eventualmente, algumas vezes durante o ano, divididas por períodos mais breves. E trata-se, ainda, do direito à pensão de aposentadoria ou reforma, ao seguro para a velhice e ao seguro para os casos de acidentes de trabalho. E no âmbito destes direitos principais desdobra-se todo um sistema de direitos particulares: juntamente com a remuneração do trabalho, eles são o índice de uma correta ordenação das relações entre o trabalhador e o dador de trabalho. Entre estes direitos, há que ter sempre presente o direito a dispor de ambientes de trabalho e de processos de laboração que não causem dano à saúde física dos trabalhadores nem lesem a sua integridade moral”*⁸¹.

d)- O direito ao emprego

A falta de trabalho tornou-se no maior problema social dos nossos tempos. O desemprego é uma chaga social quer em Portugal, quer não União Europeia, quer mesmo no conjunto dos países desenvolvidos, onde as políticas dos sistemas capitalistas, da economia de mercado, o desenvolvimento tecnológico contemporâneo e a substituição de pessoas por máquinas arrastam para o desemprego milhares de trabalhadores. O drama é já tão grande que os países menos desenvolvidos também sofrem com o problema. Já a encíclica *Laborem Exercens*, em 1981, caracterizava o problema do desemprego como sendo de extrema gravidade social, afirmando que *“o papel das aludidas instituições, que aqui são compreendidas sob a denominação de dador de trabalho indireto, é o de atuar contra o desemprego, que é sempre um mal e, quando chega a atingir determinadas dimensões, pode tornar-se uma verdadeira calamidade social”*⁸².

O papa assegurou que o problema é particularmente é doloroso *“quando são atingidos sobretudo os jovens que, depois de se terem preparado por meio de uma formação cultural, técnica e profissional apropriada, não conseguem um emprego e, com mágoa, vêm frustradas a sua vontade sincera de trabalhar e a sua disponibilidade para assumir a própria responsabilidade no desenvolvimento económico e social da comunidade. A obrigação de conceder fundos em favor dos desempregados, quer dizer, o dever de assegurar as subvenções indispensáveis para a subsistência dos desempregados e das suas famílias, é um dever que deriva do princípio fundamental da ordem moral neste campo, isto é, do princípio do uso comum dos bens ou, para exprimir o mesmo de maneira ainda mais simples, do direito à vida e à subsistência”*⁸³.

⁸¹ LE, 19.

⁸² LE, 18.

⁸³ LE, 18.

A solução do problema supõe fundamentalmente uma forte solidariedade da sociedade, aceitando os sacrifícios necessários, sem a violação da dignidade do homem. Mas, na realidade, o desemprego tem provocado o aumento da pobreza e o aumento da exclusão social.

O papa persistiu afirmando que *“para fazer face ao perigo do desemprego e para garantir trabalho a todos, as instituições que acima foram definidas como dador de trabalho indireto devem prover a uma planificação global, que esteja em função daquele «banco» de trabalho diferenciado, junto do qual se plasma a vida, não apenas económica, mas também cultural, de uma dada sociedade; elas devem dispensar atenção, ainda, à organização correta e racional do trabalho que se desenvolve em tal «banco». Esta solicitude global, em última análise, pesará sobre os ombros do Estado, mas ela não pode significar uma centralização operada unilateralmente pelos poderes públicos. Trata-se, ao contrário, de uma coordenação justa e racional, no quadro da qual deve ficar garantida a iniciativa das pessoas, dos grupos livres, dos centros e dos complexos de trabalho locais, tendo em conta aquilo que foi dito acima a respeito do carácter subjetivo do trabalho humano”*⁸⁴.

e)- O direito a pertencer a um sindicato e o direito à greve

Na encíclica *Laborem Exercens*, João Paulo II também destacou o papel dos sindicatos. *“A doutrina social católica não pensa que os sindicatos sejam somente o reflexo de uma estrutura «de classe» da sociedade, como não pensa que eles sejam o expoente de uma luta de classe, que inevitavelmente governe a vida social. Eles são, sim, um expoente da luta pela justiça social, pelos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões. No entanto, esta «luta» deve ser compreendida como um empenhamento normal das pessoas «em prol» do justo bem: no caso, em prol do bem que corresponde às necessidades e aos méritos dos homens do trabalho, associados segundo as suas profissões; mas não é uma luta contra» os outros”*⁸⁵.

O papa afirmava que o trabalho tem a função de *“unir os homens entre si; e nisto consiste a sua força social: a força para construir uma comunidade. E no fim de contas, nessa comunidade devem unir-se tanto aqueles que trabalham como aqueles que dispõem dos meios de produção ou que dos mesmos são proprietários. A luz desta estrutura fundamental de todo o trabalho — à luz do facto de que, afinal, o «trabalho» e o «capital» são as componentes indispensáveis do processo de produção em todo e qualquer sistema social — a união dos homens para se assegurarem os*

⁸⁴ LE, 18.

⁸⁵ LE, 18.

*direitos que lhes cabem, nascida das exigências do trabalho, permanece um fator construtivo de ordem social e de solidariedade, fator do qual não é possível prescindir”*⁸⁶.

A encíclica põe-nos de maneira particular, em prevenção contra as interpretações e as estratégias essencialmente fundadas na luta de classes e recomenda que os sindicatos se mantenham fiéis ao seu papel característico. *“Neste sentido, a atividade dos sindicatos entra indubitavelmente no campo da «política», entendida como uma prudente solicitude pelo bem comum. Ao mesmo tempo, porém, o papel dos sindicatos não é o de «fazer política» no sentido que hoje comumente se vai dando a esta expressão. Os sindicatos não têm o carácter de «partidos políticos» que lutam pelo poder, e também não deveriam nunca estar submetidos às decisões dos partidos políticos, nem manter com eles ligações muito estreitas. Com efeito, se for esta a situação, eles perdem facilmente o contacto com aquilo que é o seu papel específico, que é o de garantirem os justos direitos dos homens do trabalho no quadro do bem comum de toda a sociedade, e, ao contrário, tornam-se um instrumento da luta para outros fins”*⁸⁷.

O direito de greve é reconhecido. *“Ao agirem em prol dos justos direitos dos seus membros, os sindicatos lançam mão também do método da «greve», ou seja, da suspensão do trabalho, como de uma espécie de «ultimatum» dirigido aos órgãos competentes e, sobretudo, aos dadores de trabalho. É um modo de proceder que a doutrina social católica reconhece como legítimo, observadas as devidas condições e nos justos limites. Em relação a isto os trabalhadores deveriam ter assegurado o direito à greve, sem terem de sofrer sanções penais pessoais por nela participarem. Admitindo que se trata de um meio legítimo, deve simultaneamente relevar-se que a greve continua a ser, num certo sentido, um meio extremo”*⁸⁸.

Mas não se deve abusar desse direito. *“Não se pode abusar dele; e não se pode abusar dele especialmente para fazer o jogo da política. Além disso, não se pode esquecer nunca que, quando se trata de serviços essenciais para a vida da sociedade, estes devem ficar sempre assegurados, inclusive, se isso for necessário, mediante apropriadas medidas legais. O abuso da greve pode conduzir à paralisação da vida socioeconómica; ora isto é contrário às exigências do bem comum da sociedade, o qual também corresponde à natureza, entendida retamente, do mesmo trabalho”*⁸⁹.

6. A justa distribuição das riquezas

O resultado obtido pela crise financeira, pelas medidas de austeridade e pelo sistema liberal e capitalista das últimas décadas empurrou a sociedade para uma maior divisão social, para uma

⁸⁶ LE, 20.

⁸⁷ LE, 20.

⁸⁸ LE, 20.

⁸⁹ LE, 20.

injusta distribuição dos bens materiais e para o aumento do número de novos pobres e excluídos da sociedade. Já o papa Leão XIII, apontava na encíclica *Rerum Novarum* para, “a retenção das riquezas por um pequeno número ao lado da indigência da grande maioria” ⁹⁰. A injusta distribuição das riquezas gera injustiça social. A pobreza criada pelo desemprego faz aumentar a exclusão social. A pobreza extrema dos trabalhadores viola a justiça, visto que só os proprietários desfrutam das opulências com que aqueles contribuem para produzir.

O papa Pio XI, na encíclica *Quadragesimo Anno*, recordou as palavras do papa Leão XIII na encíclica *Mater et Magistra*, sobre a divisão da sociedade do seu tempo. Acerca da sociedade, “uma pequena em número, usufruía de quase todas as comodidades que as invenções modernas fornecem em abundância; ao passo que a outra, composta de uma multidão imensa de operários, a gemer na mais calamitosa miséria debalde se esforçava por sair da penúria, em que se debatia” ⁹¹. Este cenário social dos finais do século XIX e princípios do século XX, descrito nas encíclicas papais é parecido com o dos nossos tempos. Perante o quadro social a que assistimos no presente, estas palavras dos Romanos Pontífices atualizam bem as injustiças e as diferenças sociais da nossa sociedade.

Sobre a injusta distribuição das riquezas, escreveu o papa Leão XIII, “nesta perspectiva, o trabalho tem tal força e eficácia, que se pode afirmar, com toda a verdade, que é dele que procede a riqueza das nações. Portanto, a equidade exige que o Estado se preocupe com os operários, procurando que tantos bens que eles proporcionam à sociedade, lhes seja dada uma parte razoável, que incluirá necessariamente habitação para viver, vestidos para cobrir-se, e uma proteção contra aqueles que procuram prejudica-los, para desta forma, levarem uma vida com menos trabalhos e privações” ⁹².

A questão da propriedade privada e o destino universal dos bens, também contempla na reflexão da DSI uma análise que coincide com a injusta distribuição das riquezas e com a necessidade de distribuir a propriedade entre os trabalhadores. Diz-nos a encíclica *Rerum Novarum* que “em vista disso, as leis devem favorecer a propriedade particular e seria de desejar que houvesse muitos proprietários entre o povo” ⁹³.

Mas, salientava o papa, “quando se afirma que Deus entregou a terra de forma comunitária a toda a humanidade, não quer dizer que todos os homens a possuam indistinta e confusamente, mas que Deus não indicou a parte que havia de caber a cada qual” ⁹⁴. O Sumo Pontífice apenas quer dizer que o Criador entregou a terra de forma comunitária a toda a humanidade.

⁹⁰ RN, 1.

⁹¹ QA, 3.

⁹² RN, 25.

⁹³ RN, 33.

⁹⁴ RN, 6.

Sobre o direito da propriedade privada, afirmou o papa Leão XIII, “*o facto de possuir algo como seu e com exclusão dos restantes é um direito conferido pela natureza a todo o homem*”⁹⁵, no entanto “*não foram as leis humanas, mas sim a natureza, que conferiu à pessoa como tal o direito de propriedade particular*”⁹⁶.

Para o papa Pio XII, “*a Igreja visa principalmente o modo de conseguir que a instituição da propriedade privada seja, conforme os desígnios da sabedoria divina e as disposições da natureza, um elemento da ordem social, um pressuposto necessário das iniciativas humanas, um estímulo para o trabalho em benefício dos fins temporais e transcendentais da vida e, portanto, da liberdade e da dignidade do homem, criado á imagem e semelhança de deus, que desde o princípio lhe assinalou para utilidade sua um domínio sobre as coisas materiais*”⁹⁷.

Similarmente o papa João XXIII, afirmou que, “*da natureza do homem decorre o direito à propriedade privada, mesmo dos meios de produção. (...) Esse direito concorre eficazmente para manter nos mais diversos campos de atividade*”⁹⁸.

Também o papa João Paulo II na encíclica *Centesimus Annus*, salientou que, antigamente o sustento da terra era o principal meio de riqueza, sendo o trabalho apenas uma ajuda e apoio a esse sustento. Mas agora, “*no nosso tempo, torna-se cada vez mais relevante o papel do trabalho humano, como fator produtivo das riquezas espirituais e materiais*”⁹⁹.

Segundo António dos Reis Rodrigues, “*impõem-se recordar que, o direito de propriedade privada acompanha desde sempre a história do homem, pois que radica na sua própria natureza. Sempre o ensinou a doutrina da Igreja, modernamente confirmada pelo magistério pontifício*”¹⁰⁰. Para este autor, “*o homem não utiliza normalmente os bens criados tais como os produz a natureza. Apropria-se deles pelo trabalho, e é pelo trabalho que os transforma até poder servir-se deles convenientemente*”¹⁰¹.

Diz-nos ainda o autor que, “*o trabalho que transforma essas riquezas, e as torna capazes e idóneas pelo aproveitamento ou uso que fazemos delas, e as traz até junto de nós pelo comércio, é hoje um trabalho quase sem fronteiras. Todos trabalhamos ou aproveitamos o trabalho de milhares e milhares de pessoas que trabalham os bens que nós utilizamos*”¹⁰².

⁹⁵ RN, 4.

⁹⁶ RN, 33.

⁹⁷ Radiomensagem “Oggi”, de 1 de setembro de 1944, sobre o futuro da Europa e da Humanidade, no 50º aniversário do começo da guerra de 1939-1945, nº 28.

⁹⁸ PT, 21.

⁹⁹ CA, 31.

¹⁰⁰ RODRIGUES, António R., *Sobre o uso da riqueza: o destino universal dos bens*, Principia, Lisboa, 2005, p. 32.

¹⁰¹ Idem, p. 53.

¹⁰² Ibidem.

7. A falta de trabalho e de condições de trabalho conduzem à exclusão social

Na época presente, estamos a viver uma brusca mudança da sociedade que aponta para uma nova ordem social, política, económica, financeira, com irreparáveis danos e dramas sociais. Uma das nefastas consequências é o desemprego, pondo em causa o direito ao trabalho. Ao longo da prática de lecionação, fui conseguindo que os alunos percebessem que o trabalho é uma atividade que confere dignidade ao homem. Mas, quando esta atividade não está assente em propósitos de serviço à comunidade e é compreendido à luz de sistemas económicos capitalistas e de lucro, é um manancial infindável de discriminações e de divergências. Os alunos aperceberam-se que têm sido muitas as contrariedades que, ao longo dos últimos anos têm gerado vários conflitos e injustiças sociais. O trabalho acarreta consigo vários problemas e dúvidas. A exploração é um deles e torna o homem escravo da sua própria atividade laboral. O desemprego é outra chaga.

Refletiu-se que, com as altas taxas de desemprego são negadas as condições de acesso ao direito ao trabalho. Quer os dadores diretos, quer os dadores indiretos, têm negado o acesso ao mercado de trabalho. Mas o Estado tem sido o maior dador de trabalho a inviabilizar o acesso. O que tem acontecido nos últimos anos por parte do Estado e de outros dadores de trabalho é a falta de responsabilidade social, que se concretiza na negação do direito ao trabalho e na falta de proteção social no emprego. Com o sufoco da economia, com o descrédito do Estado Social, com a falência dos sistemas económicos, com a asfixia da segurança social, com as constantes medidas de austeridade e com o aumento das contribuições para a segurança social, as atividades económicas não têm capacidade de gerir novos postos de trabalho. Como o trabalho é o direito à subsistência, sem emprego e sem rendimentos, o ser humano não consegue viver com dignidade.

Conseguiu-se refletir que os problemas, as discriminações e as injustiças surgem da falta de trabalho ou da falta de condições de trabalho, quando o trabalho é precário, quando os salários são ganhos em condições desumanas, quando os sistemas sociais e políticos conduzem à exploração, quando o homem avalia o seu trabalho pela produção e pelo lucro e não pela sua hierarquia de valores. Todas estas contrariedades conferem pouca dignidade ao ser humano e deturpam o sentido e a finalidade da ação laboral, mostrando desumanidade e desconsideração. O papa João Paulo II afirmou com intensidade que “ *o trabalho humano é a chave, provavelmente a chave essencial, de toda a questão social, se procurarmos vê-la verdadeiramente sob o ponto de vista do bem do homem* ” ¹⁰³.

Por outro lado, percebeu-se que as profundas mudanças sociais e laborais introduzidas recentemente pelo novo código de trabalho, pelas novas regras de tributação financeira, pela austeridade imposta pelos governos do Estado, pelo Fundo Monetário Internacional, pela

¹⁰³ LE, 3.

Comunidade Europeia e pela globalização desencadeiam novos processos de conflitos, injustiças e exclusão social e pode, tal como dizia o papa João Paulo II, em 1981 na encíclica *Laborem Exercens*, conduzir “à reordenação e novo ajustamento das estruturas da economia hodierna, bem como da distribuição do trabalho”¹⁰⁴ e ao mesmo tempo, “infelizmente significar para milhões de trabalhadores (mesmo) qualificados o desemprego ou a necessidade de novo período de adestramento”¹⁰⁵.

O desemprego exclui percentagens consideráveis de trabalhadores do mercado de trabalho, expulsando-os para uma situação de pobreza, miséria e falta de dignidade humana. São os novos processos de exclusão social.

Por isso, os alunos, em conjunto, conseguiram encontrar uma definição de “exclusão social”, para perceberem o que a falta de dignidade do trabalho provoca na sociedade. São os excluídos e os pobres que mais sentem esta dura crueldade, dando origem a enormes carências sociais, iniciadas com a ausência de trabalho e de salário, resultando em falta de condições de subsistência e sobrevivência dignas. Na verdade, a consequência mais triste são as ruturas posteriores: a família, a falta de amor-próprio e a quebra do círculo de amigos.

Com a ajuda do autor Robert Castel, percebeu-se que “*exclusão social*» é a fase extrema do processo de «marginalização», entendido este como um percurso «descendente», ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas na relação do indivíduo com a sociedade. Um ponto relevante desse percurso corresponde à rutura em relação ao mercado de trabalho, a qual se traduz em desemprego (sobretudo desemprego prolongado) ou mesmo num «desligamento» irreversível face a esse mercado. A fase extrema – a da «exclusão social» - é caracterizada não só pela rutura do mercado de trabalho, mas por ruturas familiares, afetivas e de amizade”¹⁰⁶.

Os novos processos de exclusão social são ainda aquelas pessoas que não têm perspectivas de vida, devido ao desemprego prolongado, ao incumprimento e atraso das prestações do crédito à habitação, sofrem processos de despejo habitacional e são atirados para a rua, porque já não têm esperança de viver. São os novos sem abrigo que, todos os dias, frequentam as cantinas sociais das instituições de solidariedade social. Estão à beira do abismo e são as vítimas da rutura do mercado de trabalho, da rutura familiar, da rutura afetiva e do corte com os laços da amizade.

Os alunos perceberam também que a exclusão social conduz à pobreza. Daí traçarem uma definição de pobreza com a ajuda do autor José Dias da Silva. Para este autor, “a pobreza não é apenas fruto de comportamentos pessoais ou consequência de um qualquer fatalismo histórico.

¹⁰⁴ LE, 1.

¹⁰⁵ LE, 1.

¹⁰⁶ CASTEL, Robert, *Extreme Cases of marginalisation, from Vulnerability to Disaffiliation*, comunicação apresentada no European Seminar on Social Exclusion, realizado em Alghero (Itália), em abril de 1990.

Resulta muito mais de uma má organização social, onde não há igualdade de oportunidades nem justa distribuição dos bens”¹⁰⁷.

Para José Dias da Silva, o “*pobre é todo aquele que: a quem não são reconhecidos os seus direitos fundamentais; a quem é recusada a parte a que têm direito dos bens da humanidade; que não é considerado ou não se considera agente da história; a quem não é dada igualdade de oportunidades*”¹⁰⁸.

Igualmente, os alunos puderam concluir que, o melhor caminho a seguir para ajudar as pessoas que passam por uma história de desemprego, de pobreza e de exclusão social, é a prática da partilha de bens, da fraternidade e solidariedade entre as pessoas. Esta partilha é o testemunho mais fraternal e solidário que se pode pôr em ação. Mesmo dos que têm trabalho para os que não têm.

Concluída a abordagem do tema e tendo em conta o interesse e a participação da turma, assim como a abertura a esta questão, proponho-me seguidamente desenvolver uma reflexão que possa influenciar a minha prática letiva, com a finalidade de valorizar as opções pedagógicas, de gestão e planificação, com alguma mudança ao programa proposto no que concerne a esta unidade letiva, através de uma Educação e promoção para os Direitos Humanos, com a qual o carisma salesiano tenta concretizar com uma pedagogia pastoral e social. Mudanças que tomam forma com a apresentação de alguns desafios socioeducativos e com a proposta de uma atividade: uma Horta comunitária. Desafios que conduzem à construção de uma sociedade mais justa e solidária, que passe obrigatoriamente por uma educação para a cidadania, solidariedade social e por uma valorização da componente humana do trabalho.

¹⁰⁷ **SILVA, José Dias da**, *Em Nome de Jesus Cristo – Uma Formação Básica em Doutrina Social da Igreja*, 2ª Edição, Coleção Ensaaios, Comissão Nacional Justiça e Paz, Paulinas, 2008, p. 110.

¹⁰⁸ Ibidem.

V. DESAFIOS SOCIOEDUCATIVOS COLOCADOS À UNIDADE LETIVA 12 «A DIGNIDADE DO TRABALHO»

Proponho agora uma reflexão com alterações ao programa, com a apresentação de desafios socioeducativos para a Unidade Letiva 12, «A Dignidade do Trabalho», no que diz respeito a uma Educação para os Direitos Humanos, para a Cidadania, para a Democracia Social, para a Justiça e para a Solidariedade Social. Esses desafios devam levar os alunos à “desinstalação”, numa educação para a cidadania ativa, numa prática cívica participativa, para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Alterações que provocam desafios pedagógicos, educativos e pastorais no programa de Educação Moral e Religiosa Católica. Educar os alunos para os direitos humanos, a serem cidadãos responsáveis e capazes de ajudar o próximo renovam o modelo tradicional de escola, produzem mudanças estruturais no processo ensino-aprendizagem, na aquisição de conhecimentos e contribuem para o desenvolvimento social.

Neste contexto socioeducativo, a área curricular disciplinar de Educação Moral e Religiosa Católica é uma resposta à transmissão de valores na educação cultural. É uma ajuda para educar no humanismo e na relação interpessoal, sendo um complemento da própria missão da escola, contribuindo para a construção da identidade social e religiosa do aluno.

1. Educar para os direitos humanos é assumir um compromisso

As alterações ao programa de EMRC passam claramente pela promoção e proteção dos direitos humanos. Uma análise à luz do sistema preventivo de Dom Bosco e um estudo conseguido através de uma reflexão transversal à Declaração Universal dos Direitos Humanos tem a finalidade de comparar o pensamento de Dom Bosco com a da Declaração. Educar para os direitos humanos é assumir um compromisso educativo e social. Com esta análise, os alunos devem adquirir o verdadeiro significado dos direitos humanos (o respeito pela dignidade) e os educadores perceberem o sentido da pedagogia de educar para os direitos humanos, com o objetivo de construir uma cultura dos direitos humanos, capaz de dialogar, de convencer, de prevenir as violações cometidas à dignidade humana.

O estudo dos direitos humanos deverá incidir na proteção dos trabalhadores, dos desempregados, dos mais vulneráveis e excluídos da sociedade, onde seja salvaguardada a dignidade do Homem. A promoção passa pela denúncia das violações dos direitos dos trabalhadores, como forma de garantir esses direitos e proteger os seres humanos que foram

maltratados. Sensibilizar e educar é uma forma de prevenir as violações dos direitos humanos. A EMRC pode dar uma contribuição muito válida à educação preventiva dos direitos humanos.

Nas “Oficinas de São José – Associação Educativa”, a consciência de educar está bem presente. Mas deve-se reforçar a ideia de educar para transformar a sociedade, através de novos projetos sociais de prevenção e assistência. A relação do mundo do trabalho, nos seus contratos, no tempo livre, na promoção da instrução e da cultura popular são desafios deixados por Dom Bosco e que levam a uma maior consciência democrática e social. Esta escola deverá realizar uma verdadeira formação que promova uma mudança cultural e social, que transforme os meios, os ambientes, a sociedade e que envolva a comunidade a identificar-se com a sua missão.

Nas “Oficinas de São José – Associação Educativa”, a educação baseada na formação destes valores reveste-se de uma importância acrescida, uma vez que, como escola católica, aliada ao projeto educativo, na inspiração ao Evangelho, no pensamento e de Dom Bosco, a transmissão e aquisição de conhecimentos proporciona aos alunos os meios necessários para uma articulação de um programa pedagógico e pastoral. *“A escola deve aparecer aos pais e aos encarregados de educação, para que não haja nem ignorância nem falsas interpretações acerca da sua identidade e das propostas que propõe e veicula, como uma escola que se assume como católica e veiculadora de uma proposta cristã, clara e indiscutível”*¹⁰⁹. Um modelo de escola democrática e social que trace com os alunos um diferente itinerário pedagógico é capaz de fomentar novas oportunidades para a formação dos alunos e de proporcionar espaços de igualdade para todos.

Assim, os programas curriculares e as metodologias de trabalho devem estar orientados para uma sólida formação pessoal e social, para uma consistente formação intelectual e democrática, no compromisso da construção e desenvolvimento da sociedade, norteada para uma forte transmissão de valores e atitudes, baseados nos princípios evangélicos e caritativos e que passe obrigatoriamente por uma valorização da componente humana do trabalho.

2. A Cidadania como educação e participação

A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica é uma disciplina que implica a transmissão de uma educação a favor do bem-comum, logo deve basear-se na aprendizagem de pressupostos que sejam estruturantes e levem os alunos a assumir compromissos que alterem os seus comportamentos e transformem o meio que os envolve.

¹⁰⁹ **MARCELINO, António B.**, *Educação Moral e Religiosa nas escolas católicas, – Educação Moral e Religiosa Católica – Um valioso contributo para a formação da personalidade*, Pastoral Catequética, Revista de Catequese e Educação, SNEC, Lisboa, 1996, p. 84.

O exercício da cidadania obriga à “desinstalação”, provoca o assumir de compromissos de cada aluno na vida da comunidade escolar e impõe participação cívica ativa na vida da sociedade. Confronta o aluno com a realidade, com o conflito, levando-o ao debate de opiniões, quer dentro da sala de aula, quer no confronto de várias opiniões acerca da sua participação na vida da comunidade educativa e na vida em sociedade. O discernimento sobre a sua participação nas ações na vida escolar e na vida da sociedade conduzem o aluno a um maior envolvimento cívico. A cidadania caracteriza-se na igualdade de direitos e deveres para todos. A DSI deixa-nos um contributo sobre este tema e afirma que existe uma afinidade particular entre direitos e deveres e que desprezá-los é como que *“destruir com uma mão o que a outra vai construindo”* ¹¹⁰.

Portanto, não existem somente direitos, mas também deveres, os quais, em conjunto, são o fundamento do bem-comum ¹¹¹. Assim, só tendo como base esta noção de responsabilidade social, é que o aluno toma consciência da construção de uma comunidade escolar mais justa e fraterna e assume como cidadania, uma participação social capaz de transformar a sociedade, visto que, quanto mais os alunos tiverem participação ativa no desenrolar do processo de ensino-aprendizagem, tanto mais se sentirão sujeitos implicados no processo e não simples objetos do interesse e da atividade do docente. É principalmente através da organização das experiências de aprendizagem que esta dimensão há-de ser valorizada.

Esta responsabilidade social exige respeito pelo outro. A cidadania é fruto da educação. O aluno terá que fazer um discernimento interior, uma transformação das suas atitudes e comportamentos, tornando-se mais responsável para agir em comunidade educativa e em consciência desenvolver um papel ativo na vida em sociedade. *“Da mesma maneira que a falta de participação gera um sentimento de impotência, insegurança e alienação, a participação traz um sentimento de ser capaz de controlar aquilo que se imaginava estar fora do alcance da nossa influência. Se a participação é encorajada numa esfera da vida, as atitudes que cria, estendem-se a outros domínios. A participação implica um papel ativo das pessoas nas decisões que afetam de perto a vida familiar, o trabalho e a comunidade. Uma forte participação local significa que as pessoas concebem, planeiam, executam, administram e avaliam programas locais. No caso de serviços públicos, a população contribui para estabelecer as metas e as prioridades e avalia a qualidade dos serviços oferecidos”* ¹¹².

A participação na construção da sociedade, a participação na vida pública, o exercício de uma atividade profissional é um direito de todos os cidadãos e simultaneamente um dever moral. A educação para a cidadania tem que saber articular a teoria com a prática, a reflexão com a ação.

¹¹⁰ PT, 30.

¹¹¹ Cf. PT, 60.

¹¹² **COMISSÃO INDEPENDENTE POPULAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA**, *Cuidar o futuro. Um programa radical para viver melhor*. Trinova, Lisboa, 1998, pp. 301-302.

Exercer uma cidadania ativa é participar na vida da sociedade, é pertencer a uma comunidade e intervir ativamente na sua definição, é contribuir para o desenvolvimento da democracia, é valorizar o debate de ideias, na promoção de novos modos de vida, é promover os direitos humanos, para que a sociedade se torne mais humana, justa e solidária.

“A educação para a cidadania, enquanto educação para valores, pretende tornar possível uma integração efetiva dos nossos alunos na sociedade em que vivem e uma participação ativa na sua construção e desenvolvimento, tendo em conta que, numa conceção democrática das sociedades, o contributo crítico de todos é essencial para a construção de um ambiente humano verdadeiramente promotor de realização pessoal, do entendimento e da cooperação.

*A Educação Moral e Religiosa Católica, promovendo uma educação integral das crianças, dos adolescentes e dos jovens, inclui no seu programa a referência explícita a valores (a solidariedade, a justiça, a bondade, o amor, entre outros) fulcrais na construção da sociedade e no crescimento equilibrado de pessoas maduras, autónomas e responsáveis perante si próprias e perante a sociedade”*¹¹³.

A construção da cidadania e da democracia social devem concentrar-se em garantir a igualdade de oportunidades entre as minorias em sintonia com as maiorias. Isto é, uma política igual entre os excluídos e os incluídos. Construir um compromisso de cidadania com equidade, é experimentar o significado da igualdade social e perceber o sentido dos direitos humanos.

3. Educar para a Democracia Social

A democracia garante a estabilidade social e obriga a novas formas de diálogo, de participação e de decisão. O diálogo assenta no respeito e no reconhecimento do outro, independentemente da cultura, posição social, etnia, raça, sexo ou religião. Por isso mesmo, um diálogo aberto entre sindicatos e patrões, entre empregados e entidades patronais, conduz indiscutivelmente a um entendimento de salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.

A educação para a democracia social, estabelece pressupostos básicos, que levam os alunos a compreender os princípios da igualdade, da partilha, da solidariedade, do voluntariado, do respeito e do bem-comum. Pretende-se que os alunos alarguem a participação democrática, no abrir de novos caminhos à democracia social, a perceber a estrutura e funcionalidade das instituições democráticas e dos grupos que dão estabilidade à composição da sociedade. Pois, sendo no futuro patrões ou empregados ou colegas de trabalho devem assumir pressupostos de diálogo e participação cívica.

¹¹³ SNEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica - Ensino Básico e Secundário*, Lisboa, 2007, p. 23.

“Educar para o respeito pelo trabalho alheio passa necessariamente pela sua valorização em meio escolar (valorização do trabalho dos professores e dos colegas, substituindo a atitude de competição pela de colaboração) e nas situações de trabalho futuro (educação para a cooperação e entreajuda em ambientes de trabalho)”¹¹⁴.

Estas aprendizagens devem ser enriquecidas à luz da Sagrada Escritura, dos documentos do magistério pontifício da DSI e do método educativo do sistema preventivo de Dom Bosco, conseguindo a promoção da dignidade do homem, a dignidade do trabalho, na preservação dos direitos humanos. A experiência de Dom Bosco perante a situação dos jovens do seu tempo, foi a de educar. Uma educação que prevenia o mal por meio da confiança no bem que existia no coração dos jovens, desenvolvendo as suas potencialidades com perseverança e paciência, construindo a sua identidade pessoal. Tratava-se de uma educação que formava pessoas para a democracia social e solidária, que educava cidadãos ativos e responsáveis, jovens abertos aos valores da vida e da fé, capazes de viver com alegria e sentido, responsabilidade e competência. Uma educação que se torna uma verdadeira experiência espiritual.

A Educação é um dos pilares onde assenta a preservação dos direitos humanos. A escola é o lugar onde se deve promover uma educação alicerçada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, tendo como suporte o trabalho meritório que milhões de pessoas e milhares de instituições de solidariedade social e organizações não-governamentais desenvolvem para garantir, a dignidade do trabalho, promover os direitos dos trabalhadores, garantir a dignidade da pessoa humana e salvaguardar os direitos humanos em defesa de classes sociais e grupos oprimidos.

4. Educar para a Justiça

A educação deve aspirar aos valores morais, particularmente aos da vida social. O sentido de justiça, da solidariedade, da responsabilidade comunitária e sobretudo do amor, é alicerce indispensável para fazer os povos capazes de conviver democraticamente. Esta educação moral e social abre caminhos para a convivência na liberdade e na responsabilidade social.

Porque a economia capitalista arrasta consigo a seleção de pessoas e alimenta a exclusão social, torna-se necessário fazer frente aos sistemas capitalistas, combater a exploração e degradação laboral e atenuar as condições precárias de vida. Já o papa João Paulo II, defendia alternativas de convivência humana, para fazer prevalecer o sentido personalista do trabalho. O caminho é a promoção da prática da justiça, pois *“é preciso que haja sempre novos movimentos de solidariedade dos homens do trabalho e de solidariedade com os homens do trabalho. Uma tal solidariedade deverá fazer sentir a sua presença onde a exijam a degradação social do homem-*

¹¹⁴ SNEC, Programa de Educação Moral e Religiosa Católica - Ensino Básico e Secundário, Lisboa, 2007, p. 23

*sujeito do trabalho, a exploração dos trabalhadores e as zonas crescentes da miséria e mesmo da fome”*¹¹⁵. Este empenho constrói-se através da ação dos movimentos e associações de solidariedade de trabalhadores, para promover o diálogo, a colaboração, a ajuda mútua entre os trabalhadores, quer ao nível emocional, quer ao nível material.

A educação para a justiça leva os alunos a praticarem atos justos e a afastarem-se da mentira e da injustiça. Educar para a justiça conduz os alunos a tomarem consciência dos seus atos e a promoverem a equidade social, a combaterem a exclusão social e a promoverem a inclusão. Para isso, o exercício do discernimento sobre as injustiças sociais cometidas às classes mais desfavorecidas, as tensões existentes entre patrões e empregados, aos mais pobres, aos desempregados, aos excluídos, leva os alunos à conversão de coração e a práticas justas, para que não agravem o fosso entre os mais fortes e os mais fracos. A sensibilização conduz à responsabilidade e justiça social. A responsabilidade leva à mudança de atitudes e comportamentos, com o objetivo de profeticamente denunciar as injustiças e o que está mal na sociedade. Denúncia feita com determinação, com firmeza de coração. Os professores devem desempenhar um papel fundamental na educação para a justiça, baseada em metodologias que promovam a defesa dos direitos humanos, integrando matérias de estudo de casos reais e de experiências com os próprios alunos.

A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, promovendo uma educação para a justiça, ajuda os alunos na construção de uma sociedade mais equilibrada e justa. Assim, à luz de uma reflexão sobre a unidade letiva da dignidade do trabalho, os alunos devem adquirir uma valorização da componente humana do trabalho, sabendo praticar a justiça a partir de princípios coerentes com esses objetivos, e com a intenção explícita de promover a cidadania baseada na democracia, na justiça, na igualdade, na equidade e na participação ativa de todos os membros da sociedade e participar nas suas decisões. Dessa maneira, pensar numa educação para a justiça torna-se um elemento essencial para a construção da democracia social na comunidade educativa.

Por isso mesmo, os alunos devem saber conviver pacificamente e saberem lidar com a diversidade cultural e com o conflito de ideias, com as influências da cultura, com os sentimentos e emoções presentes nas relações sociais entre alunos, professores e auxiliares de educação.

“Na escola é possível educar os nossos jovens como parceiros ativos na construção da sociedade. Com a sua criatividade, podem contribuir para a introdução de alterações significativas, até mesmo na forma como o trabalho é concebido, ajudando a construir um mundo do trabalho mais compatível com a dignidade humana.

A valorização da dimensão humana do trabalho apoia-se na ideia de que o trabalho existe em função da pessoa e não a pessoa em função do trabalho. Esta dimensão desenvolve-se no programa

¹¹⁵ LE, 8.

de Educação Moral e Religiosa Católica através de tópicos e temáticas sobre o trabalho e sobre a visão cristã da sua relevância, bem como através de experiências de aprendizagem enriquecedoras para os alunos, nas quais são protagonistas, construtores do seu conhecimento e sujeitos da descoberta de respostas adequadas a problemas colocados” ¹¹⁶.

O sistema preventivo e o espírito de Dom Bosco conduzem à transformação das estruturas da pobreza e à promoção dos valores morais que garantem a renovação das mentalidades e dos comportamentos que estão na base das situações de injustiça. Uma educação que promova a cultura do outro, da simplicidade no estilo de vida e de consumo, da disponibilidade a partilhar gratuitamente, da justiça entendida como atenção ao direito de todos. É uma educação baseada na cultura da dignidade da vida, do trabalho solidário, da abertura à Transcendência.

O objetivo da educação para a justiça é a renovação do coração, com a finalidade de ultrapassar o individualismo, vivendo na caridade e na simplicidade, alcançando o «homem novo», construindo comunidades fraternas e humanas, com o intuito de transformar o mundo.

5. Educar para a Solidariedade Social

A expressão “solidariedade” radica etimologicamente nos vocábulos *solidere, de solidum, de solidarietas*, e encerra o significado de um conjunto sólido, de dar segurança e unidade às partes de um conjunto orgânico de soldar os elos soltos e espalhados. Expressa a diversidade e a convergência, a relação da parte com o conjunto e o seu dinamismo orgânico.

A solidariedade assume na DSI um papel de relevo, mas é nos pontificados do papa Paulo VI e do papa João Paulo II, que é considerada como “*um dos princípios básicos da conceção cristã da organização social e política*”¹¹⁷.

O papa João Paulo II, na *Sollicitudo Rei Socialis*, ajuda-nos a refletir sobre o assunto e dá-nos um conceito mais amplo de solidariedade. O Romano Pontífice afirma que a solidariedade, “*não é um sentimento de compaixão vaga ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos Esta determinação está fundada na firme convicção de que as causas que entravam o desenvolvimento integral são aquela avidez do lucro e aquela sede do poder de que se falou. Estas atitudes e estas «estruturas de pecado» só poderão ser vencidas — pressupondo o auxílio da graça divina — com uma atitude diametralmente oposta: a aplicação em prol do bem do próximo, com a disponibilidade, em sentido evangélico, para «perder-se» em*

¹¹⁶ SNEC, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica - Ensino Básico e Secundário*, Lisboa, 2007, p. 23.

¹¹⁷ CA, 10.

*benefício do próximo em vez de o explorar, e para «servi-lo» em vez de o oprimir para proveito próprio (cf. Mt 10, 40-42; 20, 25; Mc 10, 42-45; Lc 22, 25-27)*¹¹⁸.

A solidariedade, como princípio social, assenta em quatro pilares: a atenção preferencial aos empobrecidos e marginalizados da sociedade, o reconhecimento e a promoção da dignidade da pessoa humana, o respeito para com a vida humana e pela sua progressiva elevação e qualificação e a abertura da pessoa à transcendência como componente básico da própria vocação pessoal¹¹⁹.

A educação para a solidariedade é uma medida educativa fundamental na promoção da cultura contemporânea, pois visa constituir nas práticas dos alunos, atitudes e gestos que conduzam à partilha e à construção de uma sociedade mais equilibrada entre ricos e pobres, na defesa dos trabalhadores, direitos humanos, que leve a um mundo melhor. A solidariedade é o caminho para a paz, para o desenvolvimento. Caminho que deve ser percorrido através da justiça e de atitudes de convivência e comunhão.

A educação para a solidariedade social permite aos alunos percorrerem o caminho da justiça, vivendo experiências baseadas na convivência e da unidade, da comunhão e da reciprocidade, da partilha e do dar sem receber nada em troca. Uma educação para a solidariedade social, conduz os alunos a integrarem atividades em favor dos mais vulneráveis e excluídos da sociedade. Para isso, os professores devem utilizar estratégias diversificadas e dinâmicas que levem os alunos a serem responsáveis, a servirem o próximo, a disponibilizarem-se para experiências e atividades missionárias, de voluntariado social, onde se sintam úteis e valorizem os mais necessitados e desfavorecidos.

6. Proposta de atividade: Horta Comunitária

A atividade que apresento é uma proposta de alteração ao programa de EMRC da presente unidade letiva, que à luz do sistema preventivo de D. Bosco confere aos direitos humanos uma abordagem pedagógica e educativa. Em articulação com o projeto educativo da escola e com o SolSal – Solidariedade Salesiana propõe-se que os alunos assumam um compromisso educativo, pastoral e social, com o intuito de se “desinstalarem”, saírem da sala de aula e promoverem atividades a favor da comunidade educativa, em prol das famílias mais carenciadas e com elementos desempregados.

Visa sensibilizar os alunos para a problemática do desemprego e insere-se no âmbito da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, com o intuito de promover os direitos humanos, combater a pobreza e a exclusão social.

¹¹⁸ SRS, 38.

¹¹⁹ Cf. SRS, 42 e 47; GS, 27; CHL, 38 e 39.

Contribuindo para o aumento da qualidade de vida dos agregados familiares apoiados pelo Projeto SolSal, das “Oficinas de S. José – Associação Educativa”, será criada uma Horta Comunitária. A atividade será baseada na organização de uma Horta Comunitária, através do cultivo de produtos alimentares, cultivados pelos alunos, que sejam um reforço de alimentos no orçamento das famílias com membros desempregados. Tem como objetivo apoiar pessoas desempregadas e contribuir para a melhoria das condições da vida familiar dessas mesmas pessoas.

É da iniciativa dos alunos desta disciplina, do 11º ano, sob orientação do professor de EMRC, com o apoio do projeto SolSal e do grupo disciplinar de Ciências Naturais. Todo o trabalho será realizado pelos alunos que aderirem à Horta Comunitária, em regime de voluntariado e cidadania, a funcionar na comunidade escolar. Os alunos de EMRC são os utilizadores da Horta Comunitária. Esta iniciativa terá um carácter pedagógico através duma educação para a cidadania ativa, numa prática cívica participativa, para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Será dinamizado dentro do espaço escolar.

Unidade Letiva 12 - A Dignidade do Trabalho Horta Comunitária
--

Objetivos

1. Promover o voluntariado como forma de uma nova Cidadania.
2. Sensibilizar os alunos para a problemática do desemprego.
3. Contribuir para a diminuição da despesa familiar em alimentação.
4. Contribuir para o aumento da qualidade de vida dos desempregados em situação de carência económica.

Duração da atividade: Ao longo do ano letivo, com planos de trabalho e horários a estipular.

Local: Terreno cedido pelas “Oficinas de S. José – Associação Educativa” – no espaço escolar

Grupo alvo	Organização e Funcionamento	Formação
Os utilizadores são os alunos de EMRC das “Oficinas de S. José – Associação Educativa”, do 11º ano. Todos os alimentos cultivados são entregues ao SolSal para serem distribuídos pelas famílias carenciadas que são apoiadas por este projeto.	Talhões divididos em grupos de seis alunos. Os utilizadores beneficiarão da utilização de equipamentos e recursos: materiais de cultivo, fonte de água, torneira, sementes, mangueiras, ferramentas e armazém.	Participação em ações de formação, promovidos pelo SolSal, de modo a desenvolver as aprendizagens e adquirir competências para a prática da horticultura, da solidariedade, do voluntariado e da Cidadania. A avaliação do projeto é feito mensalmente : satisfação e esforço.

Reflexão final

O tema «*A Dignidade do Trabalho: uma discussão em torno dos novos processos de exclusão social*» surgiu como proposta para a realização do meu Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada, sendo o resultado da minha prática letiva, no decorrer da lecionação da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, em que lecionei a Unidade Letiva 12, «A Dignidade do Trabalho».

A escolha da temática do Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada deve-se ao visível interesse dos alunos pelas problemáticas sociais, como o desemprego e a exclusão social. Teve como finalidade sensibilizar os alunos para as problemáticas sociais do trabalho. Por outro lado, pretendeu-se que os alunos conseguissem desenvolver uma reflexão sobre as ramificações que essas problemáticas produzem no trabalho e mostrar as lacunas e feridas sociais que deixam na sociedade: as injustiças, o desemprego, a pobreza, e em última instância, a exclusão social e alertar para os seus efeitos negativos. As aprendizagens foram enriquecidas à luz dos documentos do magistério pontifício da DSI e do método educativo e do sistema preventivo de Dom Bosco, conseguindo a preservação dos direitos humanos, através da promoção da dignidade do homem.

Por isso, ao longo da prática letiva, deparei-me com a exigência e a preocupação de aperfeiçoar os meus conhecimentos mais diversos, quer pedagógicos, quer científicos, tendo o cuidado de melhorar a qualidade das aulas e transmitir os conteúdos lecionados com mais rigor pedagógico e segurança científica. Adquiri uma sensibilidade maior para a prática de ensino na disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

As aulas decorreram de forma que considero muito positiva, dado que as estratégias utilizadas permitiram um maior envolvimento e motivação por parte dos alunos. Tenho noção de que os conteúdos foram bem lecionados e interiorizados pelos alunos. Procurei estar atento às suas necessidades e motivações com a finalidade de os ajudar no seu processo de aprendizagem e que contribuíssem para a sua formação pessoal, social e cristã. As aulas foram uma fonte de aprendizagem, visto que educar é transmitir conhecimentos, a memória de uma comunidade, promover o sentido da responsabilidade e da cidadania. É transmitir uma tradição viva de valores que conferem identidade a qualquer projeto educativo. O valioso contributo da Educação Moral e Religiosa Católica, no contexto escolar, é essencial para a formação dos alunos, pois confere identidade, transmite valores e conteúdos, tem objetivos a atingir, estratégias a adotar, tem métodos de avaliação.

O despertar para uma reflexão crítica, mas atenta sobre uma prática de ensino adequada, com metodologias próprias, ajudou-me a mergulhar nas problemáticas educativas, com um olhar para uma tentativa de as saber ultrapassar em novas práticas pedagógicas. A disciplina de EMRC é

um verdadeiro desafio, nomeadamente na construção da operacionalização de competências, de estratégias de aprendizagem a desenvolver, através de um trabalho pensado para alunos.

A disciplina de EMRC promove dois objetivos fundamentais: possibilita a abertura a valores positivos, a atitudes de integração fundamental para o diálogo entre a fé e a cultura; contribui para o discernimento dos valores que dignificam o ser humano e também para aqueles que o ameaçam.

A economia capitalista incita à seleção de pessoas e alimenta a discriminação, em vez de fomentar novas oportunidades para combater o desemprego e sarar as feridas deixadas pela injustiça e exclusão. É urgente a mudança de atitudes e comportamentos para uma sociedade renovada e solidária, capaz de ajudar os mais fragilizados, os desempregados, os pobres e excluídos.

As atividades da Igreja Católica no campo da ação social e pastoral e dos movimentos de cidadania da sociedade, são os meios privilegiados para o trabalho socio-caritativo. Quanto mais esses canais forem preenchidos com a ação do voluntariado e da responsabilidade dos cristãos, mais eficazes se tornarão as ações com os pobres e excluídos, em prol da justiça social. A opção pelos excluídos e pobres é, no coração deste Relatório da Prática de Ensino Supervisionada, a ação da Doutrina Social da Igreja, nomeadamente na defesa da dignidade, na defesa dos direitos dos trabalhadores e denunciar as injustiças e a exploração laboral.

Esta realidade levou-me a tecer uma reflexão sobre os valores sociais e caritativos e enquadrá-los no modelo de escola democrática e de inspiração cristã, que trace com os alunos um diferente itinerário pedagógico e de proporcionar espaços de igualdade para todos. É na sala de aula e, concretamente, na disciplina de EMRC, que se transmitem estes valores, através de uma formação que os responsabilize e os faça assumir um compromisso baseado em valores altruístas, onde os valores da democracia, da cidadania, da justiça e da solidariedade renovam o modelo tradicional de escola, produzem mudanças significativas no processo ensino-aprendizagem e contribuem para o desenvolvimento social e caritativo da sociedade.

Quero agradecer à Universidade Católica Portuguesa e às “Oficinas de São José – Associação Educativa”, por me terem proporcionado realizar a Prática de Ensino Supervisionada nesta escola. Quero também agradecer à Mestre Cristina Sá Carvalho e ao Mestre Juan Ambrósio, por terem sido meus professores orientadores e supervisores na Prática de Ensino Supervisionada, às professoras cooperantes, Mónica Henriques e Ângela Lemos, por me terem orientado e ajudado ao longo do ano letivo de 2011/12 na prática letiva. Envio os meus agradecimentos ao Doutor Paulo Fontes e Mestre Juan Ambrósio por terem sido meus coorientadores no Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada que agora apresento, assim como aos alunos da turma do «11 H 1», pelo facto de me terem ajudado a crescer, enquanto profissional. Finalmente, o meu muito obrigado aos colegas de núcleo de estágio, professora Cristina Marques, professor Orlando Marques e professor João Ensina pela entajuda e camaradagem conseguidas.

Referências bibliográficas

I. DOCUMENTOS CONCILIARES

. **CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II**, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, de 7 de dezembro de 1965, sobre a Igreja no Mundo Atual, 10ª Edição, Editorial Apostolado da Oração, Braga, 1987.

II. DOCUMENTOS DO MAGISTÉRIO PONTIFÍCIO

. **BENTO XVI**, «*Se Quiseres Cultivar a Paz, Preserva a Criação*»; Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, 1 de janeiro de 2010.

. **BENTO XVI**, *Caritas in Veritate - Caridade na Verdade*, de 29 de junho de 2009, sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade, Paulinas, Lisboa, 2009.

. **CONSELHO PONTIFÍCIO “JUSTIÇA E PAZ”**, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* 2004, S. João do Estoril, Principia 2005.

. **BENTO XVI**, Carta Encíclica *Deus Caritas est*, de 25 de dezembro de 2005, sobre o amor cristão, Apostolado da Oração, Braga, 2005.

. **CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA**, Nota Pastoral *As Pessoas com Deficiência – Cidadãos de pleno direito*, 8 de maio de 2003.

. **JOÃO PAULO II**, Carta Encíclica *Centesimus Annus (CA)*, de 1 de maio de 1991, sobre os novos problema sociais, no centenário da Carta Encíclica *Rerum Novarum (RN)*, do papa Leão XIII, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1991.

. **JOÃO PAULO II**, Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Christifideles Laici*, 1988, Lisboa: Secretariado-Geral do Episcopado, 1989.

. **JOÃO PAULO II**, discurso aos trabalhadores em Bottrop, Alemanha, 2 de maio de 1987.

. **JOÃO PAULO II**, Encíclica *Sollicitudo Rei Solialis*, de 30 de dezembro de 1987, sobre a solicitude da Igreja em matéria social, no 20º aniversário da Encíclica *Populorum Progressio* do papa Paulo VI, Edição do Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa.

. **JOÃO PAULO II**, Carta Encíclica *Laborem Exercens*, de 14 de setembro de 1981, sobre o trabalho humano, no 90º aniversário da Carta Encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII, Apostolado da Oração, Braga.

. **JOÃO PAULO II**, – Discurso aos trabalhadores – SP – 03.07.1980 – Bem comum, Trabalho; - Discurso aos Construtores da Sociedade Pluralista de Hoje – Salvador 07.07.1980; - Homília aos camponeses – Recife – Pe – 07.07.1980.

. **PAULO VI**, Carta Encíclica *Populorum progressio*, de 26 de março de 1967, sobre o desenvolvimento dos povos. «Caminhos da Justiça e da Paz – Doutrina Social da Igreja (Documentos de 1891 a 1987)», 2ª Edição.

. **JOÃO XXIII**, Carta Encíclica *Pacem in Terris*, de 11 de abril de 1963, sobre a Paz entre todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade. «Caminhos da Justiça e da Paz – Doutrina Social da Igreja (Documentos de 1891 a 1987)», 2ª Edição.

. **JOÃO XXIII**, Encíclica *Mater et Magistra*, de 15 de maio de 1961, sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã, no 70º aniversário da Encíclica *Rerum Novarum*. «Caminhos da Justiça e da Paz – Doutrina Social da Igreja (Documentos de 1891 a 1987)», 2ª Edição.

. **PIO XII**, Radiomensagem “*Oggi*”, de 1 de setembro de 1944, sobre o futuro da Europa e da Humanidade, no 50º aniversário do começo da guerra de 1939-1945.

. **PIO XI**, Encíclica *Quadragesimo Anno*, de 15 de maio de 1931, sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica, no 40º aniversário da Encíclica *Rerum Novarum*. «Caminhos da Justiça e da Paz – Doutrina Social da Igreja (Documentos de 1891 a 1987)», 2ª Edição.

. **LEÃO XIII**, Encíclica *Rerum Novarum (RN)*, de 15 de maio de 1891, sobre a situação dos operários. «Caminhos da Justiça e da Paz – Doutrina Social da Igreja (Documentos de 1891 a 1987)», Rei dos Livros, 1989.

III. ESTUDOS

. **ARENDS, Richard I.**, *Aprender a ensinar*, 2008, capítulos I-II, pp, 3-82.

. **SILVA, José Dias da**, *Em Nome de Jesus Cristo – Uma Formação Básica em Doutrina Social da Igreja*, 2ª Edição, Coleção Ensaios, Comissão Nacional Justiça e Paz, Paulinas, 2008.

. **COSTA, Alfredo Bruto da**, *Exclusões Sociais*, Coleção Fundação, Fundação Mário Soares, Publicações Gradiva, 2ª Edição, Lisboa, 2007.

. **PROJETO EDUCATIVO DA ESCOLA SALESIANA** - Província Portuguesa da Sociedade Salesiana - Coordenação de Escolas – Projeto Educativo, 2005.

. **RODRIGUES, António dos Reis**; *O Homem e a Ordem Social e Política*, Principia, Lisboa, 2003.

. **RODRIGUES, António dos Reis**; *Sobre o uso da riqueza*, Principia, Lisboa, 2003.

. **COMISSÃO INDEPENDENTE POPULAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA**, *Cuidar o futuro. Um programa radical para viver melhor*, Trinova, Lisboa, 1998.

. **MARQUES, Silvestre**, *Proteção Social na Doutrina Social da Igreja*, Eborensia, Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora, Ano XI, 1998 (21/22).

. **MARCELINO, António B.**, *Educação Moral e Religiosa nas escolas católicas*, – *Educação Moral e Religiosa Católica–Um valioso contributo para a formação da personalidade*, Pastoral Catequética, Revista de Catequese e Educação, SNEC, Lisboa, 1996.

. **RUIZ DE LA PEÑA**; «*El desafío ecológico*»; in *Crisis y apologia de la fe. Evangelio y nuevo milénio*, Sal Terrae, Santander, 1995.

. **CENTRO DE ESTUDOS SÓCIO-PASTORAIS**, *Questões Sociais, Desenvolvimento e Política* – Curso de Doutrina Social da Igreja, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1994.

. **CHORÃO, Mário Bigote**, *Pessoa Humana e Bem Comum como Princípios Fundamentais da Doutrina Social da Igreja*, Centro de Estudos Sócio-Pastorais, *Questões Sociais, Desenvolvimento e Política* – Curso de Doutrina Social da Igreja, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1994.

. **FONTES, Paulo**, *A Doutrina Social da Igreja numa perspetiva histórica*, Centro de Estudos Sócio-Pastorais, *Questões Sociais, Desenvolvimento e Política* – Curso de Doutrina Social da Igreja, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1994.

. **ROCHA, Georgino**, *Doutrina Social da Igreja e democracia Social Contemporânea*, Eborensia, Revista do Instituto Superior de Teologia de Évora, Ano VII, 1994 (13/14).

. **CAMACHO, Ildefonso** – *Doctrina social de la Iglesia. Una aproximación histórica*, Madrid, Ed. Paulinas, 1991.

. **RODRIGUES, António dos Reis**; *Doutrina Social da Igreja, Pessoa, Sociedade e Estado*, Rei dos Livros, Lisboa, 1991.

. **CASTEL, Robert**, *Extreme Cases of marginalisation, from Vulnerability to Disaffiliation*, comunicação apresentada no European Seminar on Social Exclusion, realizado em Alghero (Itália), em abril de 1990.

. **ROOS, Lothar**, *Ética do trabalho*, Communio, Revista Internacional Católica, Ano I, 1984 (2) março/abril.

IV. OUTRAS OBRAS CONSULTADAS

. **SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ** (Coord. de José Augusto Pereira), *Alicerces – A Dignidade do Trabalho*, Unidade Letiva 12, Manual do Aluno, Educação Moral e Religiosa Católica – Ensino Secundário, Lisboa, 2010.

. **SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ**, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica - Ensino Básico e Secundário*, Lisboa, 2007.

V. SÍTIO CONSULTADO: <http://www.osj.salesianos.pt/>